

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Larissa Zancan Rodrigues

A Reforma do Ensino Médio e o Ensino de Sociologia:

Análise de publicações em periódicos acadêmicos

Florianópolis

2024

Larissa Zancan Rodrigues

A Reforma do Ensino Médio e o Ensino de Sociologia:

Análise de publicações em periódicos acadêmicos

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Florianópolis

2024

Zancan Rodrigues, Larissa
A Reforma do Ensino Médio e o Ensino de Sociologia :
Análise de publicações em periódicos acadêmicos / Larissa
Zancan Rodrigues ; orientador, Eduardo Vilar Bonaldi,
2024.
125 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Reforma do Ensino Médio. 3.
Ensino de Sociologia. I. Vilar Bonaldi, Eduardo . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

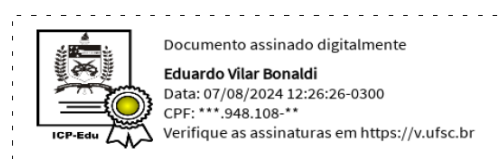
Larissa Zancan Rodrigues

A Reforma do Ensino Médio e o Ensino de Sociologia:

Análise de publicações em periódicos acadêmicos

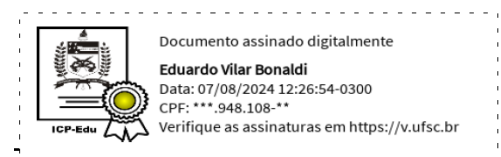
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 07 de agosto de 2024.



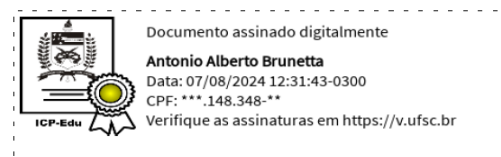
Coordenação do Curso

Banca examinadora



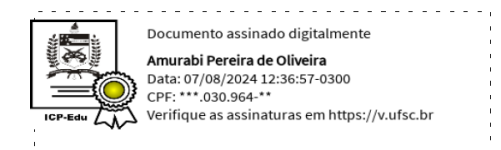
Prof. Dr. Eduardo Vilar Bonaldi

Orientador



Prof. Dr. Antonio Alberto Brunetta

UFSC



Prof. Dr. Amurabi Pereira de Oliveira

UFSC

Florianópolis, 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo carinho ao longo dos últimos anos, por respeitarem o meu jeito de ser e as minhas ausências.

Aos professores que fizeram parte de minha trajetória formativa no curso de Ciências Sociais, assim como aqueles que participaram da banca de defesa deste TCC.

Ao professor Eduardo, pela disponibilidade no processo de orientação de meu trabalho.

À UFSC pelas experiências proporcionadas.

RESUMO

Este trabalho visa analisar publicações sobre a Reforma do Ensino Médio em periódicos acadêmicos da área de Sociologia. Como objetivos específicos, destacam-se: a) caracterização da presença da disciplina escolar de Sociologia no EM; b) análise dos documentos legais acerca da Reforma do EM de 2017; e c) caracterização e análise dos trabalhos publicados nos periódicos acerca das implicações para Reforma do EM de 2017 para o ensino de Sociologia. Acerca dos procedimentos metodológicos utilizados, esta é uma pesquisa documental nos quais utilizou-se a análise de conteúdo como instrumento analítico. Ao total, foram analisados 89 artigos publicados o portal Periódicos CAPES. Após a leitura dos resumos e de 38 trabalhos, de forma integral, elaborou-se um banco de dados, reunindo e organizando informações sobre os trabalhos, quais sejam: a saber: autoria, região de vínculo de autores, momento de publicação e foco de pesquisa. Como principais resultados alcançados, identificou-se que um grande número de produções: a) possui apenas uma autoria; b) possui vínculo com instituições de ensino e de pesquisa do sudeste; c) está pulverizada em inúmeros periódicos; d) foi publicada após 2020, três anos após a publicação da lei que deu início à reforma; e) versa sobre as implicações curriculares da reforma, lançando mão do uso de documentos, sobretudo legislativos, para as análises. É comum nos textos, a identificação de críticas dos autores acerca da reforma do EM de 2017, sobretudo a respeito da disciplina de Sociologia estar vinculada à “estudos e práticas”, não consistindo em uma disciplina curricular obrigatória. Além disso, discute-se o potencial que a Sociologia tem para o desenvolvimento de uma formação crítica na juventude e os sentidos formativos em disputa neste momento, em que demandas do mercado de trabalho tem se imposto em detrimento de uma formação mais ampla, crítica e de qualidade dos estudantes desta etapa da educação básica.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Ensino de Sociologia.

ABSTRACT

This work aims to analyze publications on the High School Reform in academic journals in the field of Sociology. As specific objectives, the following stand out: a) characterization of the presence of the Sociology school subject in EM; b) analysis of legal documents regarding the 2017 EM Reform; and c) characterization and analysis of works published in journals about the implications for the 2017 EM Reform for the teaching of Sociology. Regarding the methodological procedures used, this is a documentary research in which content analysis was used as an analytical instrument. In total, 89 articles published on the Periódicos CAPES portal were analyzed. After reading the abstracts and 38 works, in full, a database was created, gathering and organizing information about the works, namely: authorship, region of association of authors, time of publication and focus of search. As the main results achieved, it was identified that a large number of productions: a) have only one author; b) has links with teaching and research institutions in the southeast; c) is spread across numerous periodicals; d) it was published after 2020, three years after the publication of the law that initiated the reform; e) deals with the curricular implications of the reform, using documents, especially legislative ones, for analyses. It is common in the texts to identify criticisms from the authors regarding the 2017 EM reform, especially regarding the subject of Sociology being linked to “studies and practices”, not consisting of a mandatory curricular subject. Furthermore, the potential that Sociology has for the development of critical training in youth and the training meanings in dispute at this time are discussed, in which demands from the job market have been imposed to the detriment of a broader, critical and quality of students at this stage of basic education.

Keywords: Secondary Education Reform; Teaching Sociology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organização geral proposta pela Reforma do Ensino Médio	16
Figura 2 - Programas de Graduação em Sociologia no Brasil	36
Figura 3 - Programas de Pós-Graduação em Sociologia no Brasil	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas com etapa/modalidade de ensino na educação básica	13
Gráfico 2 - Incidência de trabalhos por ano de publicação	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de periódicos com artigos que integram o <i>corpus</i> da pesquisa	37
Quadro 2 - Relação da intenção de pesquisa e os trabalhos identificados	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio
EM	Ensino Médio
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEM	Novo Ensino Médio
OCEM	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SED	Secretaria Estadual de Educação
TCL	Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. MARCO TEÓRICO	21
2.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO	21
2.2 TRAJETÓRIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E OS REFLEXOS DA ATUAL REFORMA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR	27
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
6. REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

Para iniciar este texto, é importante fazer uma breve caracterização do Ensino Médio (EM) brasileiro no tempo presente.

Segundo dados do último Censo Escolar (INEP, 2023), o EM é ofertado em 21.016 escolas, contando com um total de 7,7 milhões de matrículas. Ao total, na educação básica brasileira, registraram-se 47,3 milhões de matrículas em 178,5 mil instituições de ensino. Ou seja, o EM se faz presente em um pequeno número de escolas (cerca de 12%), concentrando aproximadamente 16% das matrículas vinculadas ao sistema educativo.

A rede estadual pública possui o maior número de estudantes vinculados (83,6%), seguida pela rede privada (12,9%). O restante é atendido pela rede federal de ensino¹. Vale destacar que há dominância da rede municipal no número de matrículas na educação básica (49,3%). Isto é: há uma especificidade da oferta do EM pela rede estadual, o que atende preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Em seu décimo artigo, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, identifica que cabe aos estados assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o EM a todos que o demandarem.

Especificamente sobre o estado de Santa Catarina, as ações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação (SED) envolvem a disponibilização de cursos e de programas² como: Ensino Médio (formação geral), Ensino Médio Inovador (ProEMI), Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMTI), Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) e Magistério. Em adicional, a rede federal de ensino conta dois institutos federais: Instituto Federal Catarinense (IFC), que surgiu da junção de colégios agrícolas federais, e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que foi constituído a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet-SC). A mudança para o surgimento dessas instituições ocorreu no final de 2008, por meio da Lei nº 11.892.

Acerca da oferta mediante localidade, a maior parte das matrículas encontra-se em escolas urbanas (94,5%), sendo relevante pontuar que a rede pública é

¹ De acordo com dados do INEP (2023), entre 2019-2023, os percentuais de matrículas por rede de ensino apresentaram estabilidade.

² Mais informações estão disponíveis em: <https://www.sed.sc.gov.br/etapas-e-modalidades-de-ensino/ensino-medio/>

responsável por 96% das matrículas existentes na zona rural. Contudo, proporcionalmente, a rede federal é a que apresenta o maior número de matrículas da zona rural (14,4%).

Ainda de acordo com dados do INEP, em 2023, a distorção idade-série³ da etapa foi de 19,5%, sendo mais elevadas na rede pública do que na privada. Ainda, para ambas as redes, os estudantes do sexo masculino apresentam taxas de distorção maiores nas três primeiras séries do EM. Destaca-se que há uma elevação desse aspecto a partir do 2º ano até o 8º ano do Ensino Fundamental e depois, novamente, na 1ª série do EM. Tais dados são importantes, pois refletem taxas de reprovação e abandono, que marcam a etapa de ensino em tela, mas que advêm de um processo de escolarização anterior.

Sobre o tempo de permanência nas escolas, 20,4%⁴ dos matriculados apresentam tempo igual ou superior a 35 horas semanais (ou, de maneira equivalente, igual ou superior à média de 7 horas diárias, considerando cinco dias de atividade na semana), o que os caracteriza como estudantes de tempo integral. As instituições públicas apresentam o maior número de matrículas com essa caracterização (21,9%).

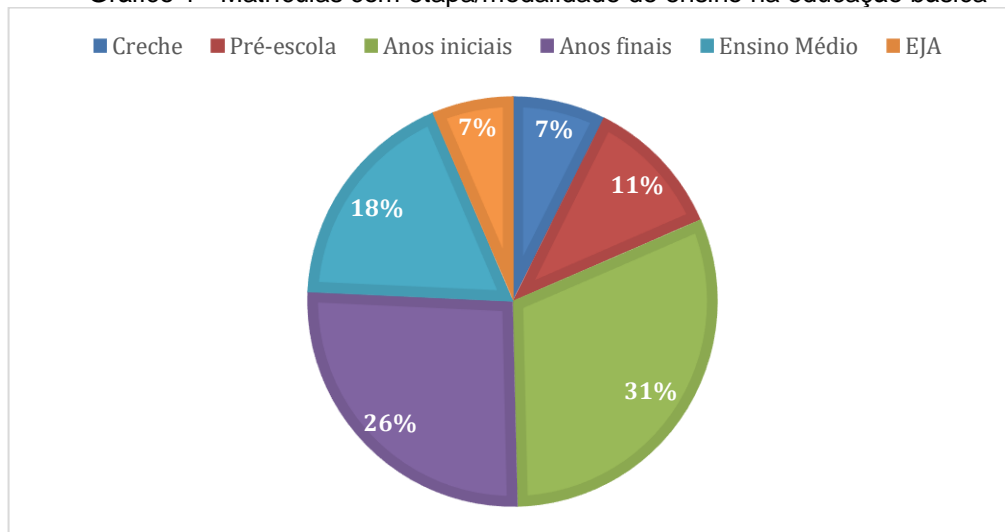
A ampliação do tempo dos estudantes na escola é um passo importante, mas, conforme aponta Gonçalves (2006), a defesa de uma educação integral, que visa o desenvolvimento humano global para fomento do pensamento crítico com vistas à transformação social, deve se constituir como pano de fundo para fundamentar sua execução, seja na ampliação da jornada escolar, seja na articulação da escola com outros espaços públicos de aprendizagens, governamentais ou não governamentais.

Em suma, apesar do EM se fazer presente em milhares de escolas e contar com milhões de matrículas, essa etapa apresenta números inferiores aos relacionados com o Ensino Fundamental, conforme é possível observar na Figura 1. O perfil da etapa, destarte, é marcado por uma oferta pela rede pública e em escolas urbanas, sendo que esse não é, majoritariamente, de tempo integral. Outro elemento característico, aparente nos últimos anos, segundo Mesquita e Lelis (2015), é o aumento de matrículas no diurno e diminuição no noturno.

³ A situação de distorção idade-série é descrita quando os estudantes em nenhum momento do ano letivo apresentaram-se com idade recomendada para a série frequentada. Levando-se em conta que a idade de 6 anos é considerada ideal/recomendada para o ingresso no 1º ano do ensino fundamental, no primeiro ano do EM espera-se que o estudante tenha 15 anos.

⁴ Em 2019, esse percentual era de 11,3%.

Gráfico 1 - Matrículas com etapa/modalidade de ensino na educação básica



Fonte: elaboração da autora a partir de INEP (2023)

Tais informações, contribuem para expor o quadro de expansão tardia do EM, que começou a ocorrer nos anos 1990. Com o intuito de aprofundar esse panorama, Sposito e Souza (2014) indicam que as matrículas no EM aumentaram de 3,7 milhões em 1991 para 9,1 milhões de jovens em 2004, haja vista a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada por meio da LDBEN. Além disso, a oferta do EM pelo poder público passou a ser obrigatória somente em 2009, mediante a publicação da Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009⁵.

Mas, a partir de 2004-2007 (Mesquita; Lelis, 2015), houve quedas nas taxas de ingresso, o que revela uma contradição: como os números começaram a cair, se o tema passou a ser alvo de programas e legislações governamentais?

De acordo com Silva (2020):

(...) a diminuição dos números de matriculados, ano a ano, incidia no período, sobre as pessoas de 18 anos ou mais, que já se encontram fora da idade escolar obrigatória. Para adolescentes e jovens entre 15 e 17 anos restou evidenciada uma progressiva ampliação do acesso, em todas as unidades da federação, com destaque para um crescimento mais expressivo nas redes estaduais em que imperava maior exclusão educacional, localizadas nas regiões norte e nordeste do Brasil (Silva, 2020, p. 1).

Historicamente, há inúmeras barreiras na garantia dos direitos dos jovens à educação. De acordo com Mesquita e Lelis (2015):

(...) os principais problemas do Ensino Médio advêm da **falta de qualidade do ensino fundamental**, o que faz com que os alunos cheguem ao

⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm

secundário com graves deficiências de aprendizagem, além da **tradição de currículos extensos**, com muitas disciplinas para os alunos aprenderem e pouco tempo de aula, e do **ensino descontextualizado com a vida real e profissional dos alunos**. Associam-se ainda as **deficiências no processo de formação dos professores**, marcadas pela falta de domínio sobre os conteúdos específicos a ensinar, as dificuldades para gestão de classe e o pouco acesso aos recursos pedagógicos que possibilitem ir ao encontro das especificidades do mundo dos jovens. E, por fim, não se pode esquecer da **multiplicidade de objetivos do Ensino Médio**, que engloba desde sua perspectiva formativa, possibilitando a formação integral do jovem como um cidadão crítico e participativo, até a sua preparação para o trabalho e garantia aos mesmos estudantes do ingresso no ensino superior (Mesquita; Lelis, 2015, p. 822, grifos meus).

Em síntese, há três problemas chave para a questão: a) dificuldade de acesso e permanência para cerca da metade da população jovem; b) pouca qualidade do ensino oferecido com resultados de desempenho dos alunos muito abaixo do esperado; e c) falta de identidade e objetivos claros para a escolarização nesta etapa de ensino (Mesquita; Lelis, 2015). Especificamente sobre o segundo aspecto, tem-se constatado uma estagnação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁶, diferente do que ocorre com o Ensino Fundamental na série histórica (Mesquita; Lelis, 2015; Menezes, 2018).

Nesse sentido, perguntas relacionadas com “qual EM deve se promover” e “para quem?”, são candentes tanto pela área de pesquisa em Educação/Ensino de Sociologia como pela comunidade em geral, principalmente nos últimos tempos, momento em que houve a publicação da Medida Provisória 746/2016 e consequente aprovação da Lei 13.415/17, regulamentando-se uma recente reestruturação do EM o brasileiro.

Mudanças na etapa já vinham sendo discutidas no Governo Dilma Rousseff, por meio do Projeto de Lei n°. 6840/13. Entretanto,

Com o processo de *impeachment* e a consequente posse de Michel Temer, novos encaminhamentos visaram atender aos anseios de grupos de interesse (sobretudo da educação privada) que solicitavam a aprovação das mudanças no Ensino Médio (Corti, 2019). A Reforma foi inicialmente implementada por meio de uma Medida Provisória (MP 746/16), medida considerada autoritária (Corti, 2019; Ferretti, 2018; Ferreira, Santana, 2018), tendo em vista que uma reforma de amplas proporções deveria ter sido amplamente discutida com educadores, professores, gestores e pesquisadores, antes de ser aprovada (Bodart; Feijó, 2020, p. 221).

⁶ Indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho dos alunos na Prova Brasil com informações sobre o rendimento escolar, medido pelos índices de aprovação obtidos através do censo escolar.

É, nesse ínterim, impossível alienar a reforma de 2017 de seu contexto político de elaboração, uma vez que os grupos políticos que assumiram o poder têm centrado suas ações para a promoção, no sistema educacional, de um processo de reforma empresarial, conforme designa Freitas (2018), que coaduna com o cenário descrito por Laval (2004).

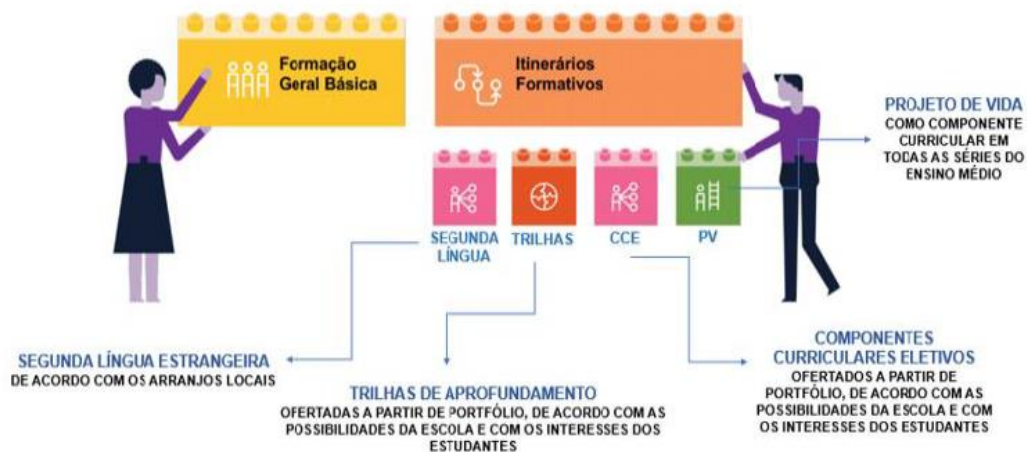
Tenho preferido a **denominação estadunidense** (Ravitch, 2013, p. 19) de reforma empresarial da educação (Freitas, 2012; 2014) pois caracteriza o “modelo empresarial” que se quer para a escola (e para todos os direitos sociais) e **define a autoria, financiamento e intencionalidade da proposta** de forma mais direta: **destruir o sistema público de educação** e não o dotar de uma nova gestão pública. Para a sobrevivência do público, é preciso que se distinga radicalmente entre público e privado. Público é um bem-comum gerido democraticamente, é uma “instituição” social; privado é uma propriedade de alguém, uma “organização” administrada privadamente – tanto do ponto de vista do locus de poder quanto dos métodos. **A concepção de sociedade neoliberal coloca a “organização empresarial” no centro das políticas sociais e do próprio Estado** (Chauí, 2018). **A destruição do sistema público se dá paulatinamente pela introdução dos objetivos e processos das organizações empresariais no interior das instituições públicas.** Com isso, **a escola passa a ser uma “empresa” educacional**, com procedimentos operacionais e não mais procedimentos típicos de uma instituição pública, homogeneizando-a na forma de uma “operação empresarial” com objetivos, processos, tempos e formas de controle definidos (Chauí, 2018). Isso ainda permite que outro objetivo central do neoliberalismo seja atingido: **ao obter, pelo acesso à gestão, o controle do processo educativo da juventude, instala a hegemonia das ideias neoliberais** – e permite, por exemplo, a atuação de movimentos como o da “escola sem partido” que coíbe as demais visões alternativas e críticas no interior das escolas (Freitas, 2018, p. 54-55, grifos meus).

Para além de uma mudança no funcionamento geral da escola, que passa ser vista como uma “organização” ou “empresa”, os próprios objetivos formativos dessa instituição social, passaram a ser remodelados e centrados em demandas diretas do capitalismo neoliberal.

Especificamente sobre a mais recente reforma, essa amplia progressivamente a carga horária diária da etapa para 1.400 horas/ano (7 horas/dia), a qual deve ser de, no mínimo, 1.000 horas/ano (5 horas/dia) no prazo de cinco anos. Além disso, instituiu-se cinco “itinerários formativos” a serem cursados pelos estudantes, a saber: 1) Linguagens e suas tecnologias, 2) Matemática e suas tecnologias, 3) Ciências da natureza e suas tecnologias, 4) Ciências humanas e sociais aplicadas e 5) Formação técnica e profissional. Propõe-se, nesse sentido, que os percursos seriam ofertados por meio de diferentes arranjos curriculares à critério dos sistemas de ensino, segundo suas possibilidades e relevância para o contexto local.

Especificamente sobre as escolas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, os Itinerários Formativos compreendem uma organização composta por: Projeto de Vida, Componentes Curriculares Eletivos, Segunda Língua Estrangeira e Trilhas de Aprofundamento. A seguir, apresento uma imagem que sistematiza essa organização:

Figura 1 - Organização geral proposta pela Reforma do Ensino Médio



Fonte: Santa Catarina (2021, p. 50)

Outro aspecto central da reforma é a ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades, as quais estão explicitadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a etapa, a qual é definida como:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018, p. 8).

De modo a contribuir com a avaliação do impacto dessa política na formação dos estudantes do EM e para o ensino de Sociologia, buscarei, por meio de meu Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL), **analisar publicações em periódicos acadêmicos**. Como objetivos específicos, destaco os seguintes: a) caracterização da presença da disciplina escolar de Sociologia no EM; b) análise dos documentos legais acerca da Reforma do EM de 2017; c) caracterização e análise dos trabalhos

publicados nos periódicos acerca das implicações para Reforma do EM de 2017 para o ensino de Sociologia.

Reitero, para além dos elementos apresentados nos parágrafos anteriores, que reforçam a justificativa acadêmica e social do trabalho, apontando para a necessidade de realização de estudos sobre uma etapa da educação básica que apresenta antigas problemáticas não resolvidas e que está passando por mais uma reestruturação, tenho, como justificativa pessoal para o TCL, meu interesse no estudo de políticas públicas curriculares.

Desde o início de minha trajetória profissional e acadêmica na área de Educação tenho interesse na referida área de estudo e de pesquisa. Possuo formação em Licenciatura em Ciências Biológicas e estudei, em minha iniciação científica e no mestrado em Educação Científica e Tecnológica, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Posteriormente, no doutorado, desenvolvi estudos acerca da BNCC. De modo a aprofundar meus conhecimentos na área de Educação, optei por realizar a Licenciatura em Ciências Sociais e concluí, recentemente, um curso de Licenciatura em Pedagogia.

Especificamente sobre a estrutura deste trabalho, no segundo capítulo, apresento uma breve descrição da disciplina escolar de Sociologia, assim como da trajetória do EM no Brasil, principalmente após o processo de redemocratização. Na sequência, apresento o capítulo em que exponho os delineamentos metodológicos da investigação. Na quarta parte do texto, evidencio os resultados alcançados e, ao final, as considerações finais e as referências usadas são destacadas.

2. MARCO TEÓRICO

Este capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, faz-se uma discussão sobre as intermitências da presença da disciplina de Sociologia nos currículos brasileiros de EM. Na segunda seção, faz-se um resgate sobre a trajetória dessa última etapa da educação básica, principalmente a partir do momento da redemocratização, dando destaque para a recente reforma ocorrida em 2017.

2.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR⁷ DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

A presença da disciplina escolar de Sociologia, como formadora do pensamento crítico e importante instrumento de construção de uma educação emancipatória, na presente sociedade de risco⁸ (Beck, 2011), apresentou uma série de idas e vindas na matriz curricular do EM brasileiro.

A história da Sociologia escolar está fortemente marcada pelas reformas educacionais do ensino secundário brasileiro, as quais impactam de diferentes formas, ora **tornando-a obrigatória, ora optativa**. Trata-se de uma disciplina com obrigatoriedade intermitente e com formas de presenças variadas. A **Sociologia escolar já foi predominantemente conservadora, hoje, progressista**. Já **esteve presente predominantemente de forma interdisciplinar, hoje, disciplinar**. Já foi de **acesso restrito a uma pequena parcela da sociedade, hoje, mais acessível**. Já esteve **limitada à análise educacional** (nos cursos normais, voltados à formação de professores primários), hoje, voltando-se a todos os fenômenos sociais de interesse docente e/ou discente (Bodart; Feijó, 2020, p. 220).

Conforme aponta Santos (2010), nos primeiros 40 anos da República, o curso secundário passou por reformas de caráter propedêutico.

A primeira vez em que a Sociologia foi mencionada como disciplina ocorreu no final do século XIX, por volta de 1882, mediante proposta feita pelo deputado Rui Barbosa, a qual foi apresentada por Carlos de Carvalho. À época, houve defesa em prol da Sociologia como disciplina importante para o fomento de uma formação

⁷ “Sociologia escolar” compreende a disciplina de Sociologia do EM, que compreende três grandes áreas das Ciências Sociais, a saber: a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política (Bodart; Feijó, 2020, p. 220).

⁸ O referido termo se faz presente no livro “Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade”, do sociólogo alemão Ulrich Beck. Nesse, discute-se que, na contemporaneidade, a vida social tem produzido riscos e ameaças sobre as bases naturais da vida, o que pode, inclusive, acelerar a extinção de nossa espécie no Planeta.

voltada para a cidadania, e da educação, de forma geral, como "motor" para a modernização do país, à luz de experiências internacionais. Contudo, essa consistiu apenas em uma proposta. Não se sabe ao certo quantas instituições chegaram a ofertar a disciplina (Bodart; Feijó, 2020).

Bodart e Tavares (2020), explicitam, apoiados em alguns estudos e pesquisas, que as primeiras experiências com o ensino de Sociologia Escolar no Brasil ocorreram no Gymnasio Amazonense, na Escola Normal do Estado do Amazonas, no Atheneu Sergipense e no Gymnasio Paranaense. Outrossim, apontam que a formação de professores foi um processo posterior, uma vez que os primeiros cursos superiores em Ciências Sociais no Brasil surgiram apenas na década de 1930⁹.

Na reforma educacional implementada por Benjamin Constant (Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890), a oferta da disciplina foi, novamente, ensejada, mas, desta vez, com viés positivista e voltada para uma formação de cidadãos que contribuíssem com a pátria.

A Reforma Benjamim Constant 1890-92 (então Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos) visava proporcionar aos jovens brasileiros as condições básicas para a matrícula nos cursos superiores. O foco dessa Reforma era o ensino secundário e propôs uma mudança curricular no Colégio D. Pedro II, que passou a se chamar, até 1911, Ginásio Nacional. A instrução deveria ter duração de sete anos. Trouxe como inovação a laicização do ensino público que, aliado à liberdade de culto, favoreceu a expansão dos colégios privados, fazendo crescer o número de escolas confessionais, a exemplo das metodistas (Santos, 2010, p. 6).

Todavia, novamente, a proposta não foi integralmente implementada, sendo que, em 1901, outras mudanças foram realizadas: a Reforma Epiácio Pessoa foi implementada (Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901). Segundo Santos (2010), essa reforma gerou um processo de desoficialização do ensino, equiparando as escolas particulares às oficiais, e a Sociologia não constou mais nas grades de disciplinas.

Isso só voltou a ocorrer em 1925, por meio da Reforma Rocha Vaz (Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925): "a Sociologia é apontada como obrigatória no 6º ano (último ano) do ensino secundário do Colégio Pedro II, modelo para as demais instituições do país" (Bodart; Feijó, 2020, p. 221). Porém, a disponibilização da matéria

⁹ Bodart e Tavares (2020) caracterizam o perfil de formação dos egressos dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil em três momentos: Um primeiro, entre as décadas de 1930-1940, focado na formação de técnicos para a definição dos rumos do projeto de modernização brasileira em curso na época; um segundo, durante os anos de 1950-2008, focado na formação de pesquisadores para a área; e um terceiro, a partir de 2009, focado na formação de professores para a educação básica.

estava reservada à autonomia dos estados. À época, em geral, era permitido que advogados, médicos e engenheiros ministrassem as aulas. Também era comum que pessoas com interesse em cursar Ensino Superior ou que estavam realizando a sexta série do ginásial realizassem a disciplina.

Em 1928, foram introduzidas no currículo as disciplinas Sociologia Geral e Sociologia da Educação, ministradas primeiramente no Colégio Pedro II, e, depois, na Escola Normal Primária de Recife e no Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo. Em 1931, ambas disciplinas se tornaram gerais no currículo das escolas normais primárias do país, devido à reforma Francisco Campos (Decreto nº 21.2141, de 4 de abril de 1932). Foi nesse período que o conhecimento sociológico passou a ser exigido formalmente em exames de admissão para cursos superiores.

Como síntese, segundo aponta Bodart e Feijó (2020, p. 221), a presença da Sociologia no currículo secundário nos anos de 1930 e 1940 é marcada por dificuldades de definições de conteúdos e métodos de ensino:

Certamente, os manuais de Sociologia na época publicados e traduzidos para o português acabaram, em alguma medida, norteados a prática docente, porém não sendo o único orientador curricular. Como observado por Bodart e Marchiori (2016) havia uma forte presença dos princípios da carta Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 1891 (Bodart; Feijó, 2020, p. 221).

Com a reforma Capanema (leis nº 1.076, de 31 de março de 1950, Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953 e Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959), surgem os cursos colegiais divididos entre científico e clássico, com duração de três anos, e a disciplina de Sociologia foi, novamente, removida da grade das escolas secundárias, que passaram a ter a nomenclatura de "ensino ginásial", com nova estrutura e duração de quatro anos.

Como curso complementar, a Sociologia foi extinta, mas se fez presente no curso "normal" como Sociologia Educacional e nas Faculdades de Filosofia, de Pedagogia e de Ciências Sociais. A disciplina, à época, era vista como de caráter preparatório e não formativo. É importante mencionar que, naquele momento, sob o regime político de exceção de Getúlio Vargas, a perspectiva formativa presente nas escolas era de formação de indivíduos com espírito patriota e cívico.

Apesar de uma série de discussões para a reinclusão da disciplina, a primeira LDBEN (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961) não fez essa proposição.

Com o golpe civil-militar de 1964, o ensino passou a ter forte caráter profissionalizante, sendo que disciplinas voltadas para as Ciências Humanas foram,

deliberadamente, retiradas dos currículos e secundarizadas. A partir do Decreto-Lei nº 869/1968, disciplinas como Organização Social e Política Brasileira (OSPB, no Segundo Grau), Estudos de Problemas Brasileiros (EPB, no Ensino Superior) e Educação Moral e Cívica passaram a ser ofertadas.

Com a reforma da LDBEN, por meio da Lei Jarbas Passarinho (Lei nº 5.692/1971), o ensino colegial passou a ser denominado de 2º Grau profissionalizante e a disciplina de Sociologia, quando inserida, aparecia ligada ao núcleo de formação profissional. No Magistério, a disciplina de Sociologia passa a ser chamada de Sociologia da Educação.

Isto é:

Durante o período de 1942 aos anos de 1980 certamente a Sociologia foi ofertada como componente curricular optativo, estando presente principalmente nos cursos de formação de professores primários, voltando-se à educação, sob as nomenclaturas de Sociologia da Educação e Sociologia Educacional (Bodart; Feijó, 2020, p. 221, grifos meus).

A partir de 1980, em pleno processo de redemocratização, pela resistência de inúmeros agentes sociais (mesmo que não de forma articulada), lutas pela inserção da disciplina foram importantes para que a Sociologia retornasse aos currículos da Escola Secundária: “reintrodução [da Sociologia] deu-se gradualmente, ao longo do período que se estende de 1984 a 2008” (Bodart; Feijó, 2020, p. 221).

No que cabia ao ensino, a Lei Federal nº 7.044/1982 propôs o fim da obrigatoriedade da profissionalização no 2º Grau, possibilitando a inclusão da Sociologia ainda no 2º Grau como disciplina optativa, ficando à escolha de cada escola a inserção da matéria.

A Lei 7.044/82 reabriu espaços para as disciplinas de Ciências Humanas, sem, contudo, tornar a Sociologia obrigatória. A partir daquele momento, deu-se início a um amplo movimento de reintrodução da Sociologia no Ensino Médio (Bodart; Feijó, 2020, p. 221).

Em 1996¹⁰, por ocasião da tramitação de uma nova LDBEN, a inserção da disciplina voltou a ser pautada. Nessa, aparece o ambíguo artigo 36, em que consta o domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia como necessário ao exercício da cidadania. Diante disso, propôs-se o projeto de Lei nº 3.178/1997, visando à alteração do Art. 36 da LDBEN, a fim de dar-lhe uma redação menos ambígua,

¹⁰ A partir de 1996 o ensino secundário, antes chamado de 2º grau, passou a ser denominado como “Ensino Médio”.

propondo explicitamente que a Filosofia e a Sociologia fossem disciplinas obrigatórias no EM. Contudo, o projeto foi vetado totalmente pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (que, inclusive, era sociólogo), sob a justificativa da inclusão da disciplina “ser contrário ao interesse público” ou como “ônus para os estados”, além da falta de profissionais para atuarem na área.

Foi apenas em 2006, com a homologação do Parecer nº 38/2006 do Conselho Nacional da Educação, que o ensino da Sociologia no EM em escolas públicas e privadas passou a ser obrigatório, o que foi regulamentado por meio da Lei Federal nº. 11.684 de 2008.

Relevante explicitar que a obrigatoriedade não foi fruto de uma benesse de legisladores, mas foi resultado da mobilização de grupos ligados com a causa. Bodart e Cigales (2017) nomeiam o papel das organizações sindicais, acadêmicas e do engajamento político de estudantes e professores no processo, mas é evidente que o cenário político da época, com menos restrições e com mais oportunidades para o debate democrático, foi fulcral.

Quando a legislação foi aprovada, todos os estados já contavam, de alguma forma, com indicações legislativas ou curriculares de sua presença. Porém, em muitos desses estados a presença da Sociologia era incompleta ou não efetiva na sala de aula. Observando o processo gradual de retorno obrigatório da Sociologia à escola de ensino médio brasileiro, notamos que nos estados onde havia maior oferta de cursos de Ciências Sociais constata-se forte presença de militância em busca desse retorno, evidenciando o papel dos cursos de Ciências Sociais ou de Sociologia na mobilização coletiva. Os cursos forneceram militantes, locais de reuniões e até intervenções em vestibulares, muitos dos quais passaram a exigir dos candidatos conhecimentos de Sociologia, estimulando a oferta da disciplina na escola (Bodart; Azevedo; Tavares, 2010, p. 230-231).

Sobre os conteúdos e perspectivas metodológicas a serem abordados, a menção sobre de algumas políticas curriculares propostas é de suma relevância. Entretanto, cabe mencionar, que debates em torno da presença da Sociologia sob uma perspectiva disciplinar ou interdisciplinar, tangenciam até hoje o debate e a produção de documentos e o próprio desenvolvimento da disciplina.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), mas também a própria LDBEN, propunham que as escolas tivessem um currículo interdisciplinar. Isso fez com que a Sociologia pudesse constar como saberes e práticas na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias”. Com a publicação dos PCN+, de 2002, buscou-se o desenvolvimento de uma orientação mais definida para o ensino. Com isso, competências e habilidades foram designadas, à semelhança da

perspectiva pedagógica já presente nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM) de 1996, em detrimento da identificação de conteúdos delimitados.

Outro documento importante foram as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM). Nesse, princípios epistemológicos e metodológicos para a disciplina foram identificados:

Em 2006 foram aprovadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), trazendo um avanço fundamental para a posterior afirmação da presença da Sociologia no currículo, assim como orientações epistemológicas (os princípios epistemológicos) importantes à sua prática, indicando o papel da Sociologia no processo de desnaturalização e estranhamento da realidade social e como isso poderia ser operacionalizado a partir dos princípios metodológicos de ensino, os quais poderiam dar-se por meio da pesquisa, de temas, de teorias ou de conceitos sociológicos (Bodart; Feijó, 2020, p. 223).

Para além dessas propostas curriculares, conforme apontam Bodart e Cigales (2017), assim como Cigales e Greinert (2020), a implementação de políticas públicas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), fomentado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com a disponibilização de livros de Sociologia, foram muito importantes para a disciplina.

Com essas ações, a Sociologia escolar passou a figurar como tema de pesquisa em artigos. Grupos de Trabalho passaram a discutir a questão do ensino por meio de eventos estaduais, regionais e nacionais e as associações científicas e a Pós-Graduação passaram a se envolver mais com o tema. Tais constatações estão presentes, também, no trabalho de Oliveira e Cigales (2019), sendo que se detalha o papel da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) em Bodart e Pereira (2017).

Porém, em 2017, a situação da disciplina em tela voltou a ser alvo de preocupação: a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) retirou a obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar, apesar de indicar que essa disciplina deveria compor a BNCC. Na Base, a disciplina de Sociologia é apresentada como pertencente ao itinerário das Ciências Humanas. Porém, isso não significa a sua permanência na grade, mas a oportunidade de oferta ao estudante, caso ele a escolha, para a sua formação.

Segundo Bodart; Feijó, a reforma contribui para a desdisciplinarização da disciplina, o que consiste em um imenso retrocesso tendo em vista tanto a trajetória de discussão e de luta para a inclusão da disciplina nos currículos, descrita nos

parágrafos anteriores, mas o próprio potencial que a matéria tem para possibilitar a formação que é vislumbrada no próprio documento que viabilizou a reforma, que é a BNCC:

Ao longo de nossa análise das **competências trazidas pela BNCC (2019)**, identificamos que elas **dialogam diretamente com as contribuições que as Ciências Sociais podem trazer aos alunos do Ensino Médio, o que evidencia a necessidade de sua manutenção e ampliação nesse nível de ensino, bem como maiores investimentos na formação docente**, a fim de que todas as potencialidades dessa disciplina possam ser devidamente exploradas. Nota-se que tais competências, para serem atingidas, não demandam um currículo “desdisciplinarizado”, o qual irá tornar o ensino médio mais superficial, distante ainda mais do que cada Ciência vem produzindo, implicando em maior distanciamento entre universidade e escola, saber científico e saber escolar (Bodart; Feijó, 2020, p. 231, grifos meus).

2.2 TRAJETÓRIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E OS REFLEXOS DA ATUAL REFORMA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR

De acordo com Malanchen e Santos (2020), mudanças no sistema escolar sempre se relacionam com reformas mais amplas do Estado, aspectos que visões funcionalistas acerca da escola (Durkheim, 2013) elucidam. Especificamente sobre o EM, no Brasil, sua concepção, estrutura e formas de organização sempre estiveram permeados por indefinições e busca de identidade, ora predominado por um caráter propedêutico, ora profissionalizante, sendo considerado, inclusive, como privilégio das elites em alguns momentos da história, segundo afirma Alves, Silva e Jucá (2022).

Em seu início, a educação escolar secundária era acessada apenas pelas famílias que privilegiadas economicamente e com prestígio social, haja vista que “no Brasil marcado pelo estigma da escravidão, tanto o trabalho quanto a educação eram considerados como atividades de menor importância para a sociedade escravista” (Nascimento, 2007, p. 79).

Com a presença da família real portuguesa no país, houve a preocupação com a formação intelectual de dirigentes e, com isso, criou-se, em 1837 o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

Durante o Império, a função do ensino secundário era propedêutica, havendo poucas instituições disponíveis:

A educação brasileira durante os períodos colonial e imperial tinha por finalidade a formação da elite da sociedade para o exercício das atividades político-burocráticas e das profissões liberais. Para esta pequena parcela da

sociedade brasileira predominava o ensino humanístico e elitista (Nascimento, 2007, p. 79).

Tal função educativa se manteve, mesmo com a proclamação da República. Sobre as reformas feitas nesse novo período:

(...) a primeira reforma foi chamada de Reforma Benjamim Constant e aconteceu em 1890, estipulando a duração de sete anos para a conclusão do nível secundário, e a última reforma foi nomeada como Reforma João Luis Alves, em 1925, e determinava o prazo de cinco anos de duração do curso. Todas elas com o **objetivo oficialmente expresso de preparar o sujeito para o ingresso em curso superior** (Alves; Silva; Jucá, 2022, p. 139, grifos meus).

A partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, buscou-se a organização do nacional do ensino, o que incluiu o ensino secundário. A Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931) "estabeleceu a essa etapa escolar normas regulares relacionadas à duração dos ciclos, seriação do currículo, frequência obrigatória, etc." (Alves; Silva; Jucá, 2022). Tal reforma é importante, pois foi, a partir daí, que o ensino secundário passou a ter caráter regular com normas padronizadas nacionalmente.

Sobre a Reforma Capanema (Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942), essa determinou a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Santos (2010) argumenta que foram estabelecidos os cursos colegiais, divididos entre científico e clássico com duração de três anos, com o intuito de proporcionar uma formação humanista e patriótica, de modo que, a partir do acesso à cultura geral, os estudantes seguissem seus estudos em direção ao Ensino Superior. Entretanto, ainda de acordo com a autora, apesar da Reforma, o ensino secundário continuou a atender às demandas formativas de uma pequena parcela da população, pois:

No caso do ensino técnico-profissionalizante, embora a demanda econômica por ele fosse maior, ainda era relativamente desprezado pelas classes média e alta, que almejavam o ensino superior. Isso também ocorria porque quem fizesse o técnico não poderia prestar exames para o superior; para isso era necessário o ensino secundário integral (Santos, 2010, p. 8).

Alves, Silva e Jucá (2022) afirmam que, nesse período, o ensino secundário era oficialmente ministrado à parte do ensino técnico profissionalizante, de modo que houve a publicação de um decreto adicional: o Decreto nº 4.073/1942. Esse estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, com vistas à formação de trabalhadores qualificados para o trabalho o ramo industrial que estava em processo de ascensão.

Com mudanças no panorama sócio econômico nacional que vinham desde o final da Primeira República, relacionadas com o processo de industrialização e urbanização, o EM com o ensino agrícola, industrial e comercial passou a ganhar fôlego a partir da década de 1940 tendo ocorrido, até mesmo, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, segundo Nascimento (2007).

Isto é, o Ensino Médio foi se colocando como um campo de disputas desde sua gênese (Silva, 2016). Ainda sobre o contexto dos anos de 1940, uma nova Constituição foi aprovada em 1946, a qual previa o estabelecimento da primeira LDBEN do país.

Essa foi sancionada apenas quinze anos mais tarde (Lei nº 4.024/1961). Nessa já consta a nomenclatura de EM e define que a educação nessa etapa “destina-se à formação do adolescente, excluindo, assim, a finalidade principal expressa nas outras leis ao tratar dessa etapa de ensino como sendo preparar o sujeito para ingressar no ensino superior” (Alves; Silva, Jucá, 2022, p. 141). Essa legislação identifica como possíveis cursos: os secundários, os técnicos e os pedagógicos.

Mas, com o golpe militar em 1964, o estado de direito foi posto em xeque. Houve grande influência estrangeira em nossa nação, sendo que a educação foi vista como força motriz para o desenvolvimento econômico, via instrumentalização para o trabalho, assim como instrumento para controle ideológico.

Com esse intuito, uma série de acordos e parcerias do Ministério da Educação com organismos internacionais foram firmados, como a *United States Agency for International Development* (USAID). Nesse período, aprovou-se a Lei nº 5692/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. De acordo com Santos (2020), essa lei apresenta como pontos fundamentais a indicação da escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, vinculava essa obrigatoriedade ao ensino de 1º grau constituído pela união dos antigos primário e ginásio, e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau. Para Alves, Silva e Jucá (2022), a referida lei apresentou claro caráter tecnicista.

Entretanto, com a recessão econômica do início da década de 1980 e os anseios da sociedade civil pelo retorno à democracia, a ditadura encontrou seu fim. Com a abertura democrática uma nova Constituição foi elaborada em 1988, sendo que em 1996 houve a aprovação de uma nova LDBEN.

Foi com a LDBEN de 1996 que educação formal passou a ser composta por: educação básica, articulando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio; havendo, ainda, possibilidade de oferta de ensino profissionalizante e superior, além de especificações acerca de diversas modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação do Campo, Educação a distância, etc.). Para Menezes (2018), é na referida legislação de 1996 que ocorre a identificação do EM como “etapa conclusiva da Educação Básica”. Ainda, identifica-se que esse tem duração mínima de três anos e tem como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996).

Ou seja, com a partir dos anos 1990, o EM busca possibilitar tanto o ingresso no Ensino Superior quanto a preparação para o mundo do trabalho por parte da juventude.

Tomando como marco a LDB de 1996, conforme indica Silva (2016), foram publicados, em mais de vinte anos, uma grande quantidade de medidas a respeito do Ensino Médio: três diretrizes nacionais, duas para a educação profissional técnica de nível médio, dois decretos, uma alteração constitucional, um projeto de lei, um programa indutor de reformulação curricular, além das alterações nas avaliações em larga escala. Dentre essas medidas, Mesquita e Lelis (2015) destacam a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 em 2009, que assegura a educação básica obrigatória e gratuita de 4 a 17 anos de idade; o lançamento do programa Ensino Médio Inovador (EMI) a partir de 2009; a reelaboração da concepção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que passou, em 2009, a ser adotado como forma de universidades públicas/privadas e como forma de certificação de conclusão do Ensino Médio e o lançamento do Programa Nacional ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Sobre propostas curriculares para a etapa, os PCNEM, do ano de 1999, identificaram três grandes áreas de conhecimento para a formação dos estudantes, enfocando no desenvolvimento de competências e habilidades nesses. Em adicional,

no ano de 2002, houve a publicação do PCNEM+, que revela, de forma evidente, que o objetivo formativo do EM é tanto propedêutico ou profissionalizante.

Outra política que influenciou muito o EM foram mudanças que ocorreram no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), publicadas em 2009. Com isso:

(...) o ENEM passou a ser obrigatório para todos os estudantes do EM e adquiriu a função de avaliação sistêmica, certificadora e classificatória. Esse fato impactou muito a estruturação dos currículos escolares de nível médio e muitas escolas começaram a perseguir a aprovação no Enem como principal objetivo do EM (Alves; Silva; Jucá, 2022, p. 146).

Em particular, sobre as avaliações em larga escala que ocorrem na educação nacional e que tem implicações no EM, seguindo o disposto em Gusmão e Amorim (2020), existe o ENEM, antes mencionado, mas também o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que promove a realização de provas de Língua Portuguesa e Matemática na 3ª e 4ª série do Ensino Médio (tradicional e integrado) e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que é direcionado aos jovens e adultos para certificação dos participantes, em nível de conclusão do Ensino Fundamental ou EM.

Em 2012, de modo a superar o caráter estrito e pragmaticamente vinculado ao mercado de trabalho que caracterizava orientações curriculares anteriores, foram publicadas as DCNEM, que propõem que o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia seriam dimensões fundamentais da formação humana, as quais se constituiriam como eixo da organização curricular. Contudo, "nem bem estavam amplamente conhecidas as proposições das novas DCNEM, um novo cenário de disputas começa a se desenhar" (Silva; Scheibe, 2017, p. 24).

Foi criada, na Câmara dos Deputados, uma Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio, que deu origem ao PL 6.840/2013, o qual:

Quanto à organização curricular, o PL nº 6.840/2013 propunha uma **retomada do modelo dos tempos da ditadura civil-militar**, trazendo de volta a **organização por opções formativas** com ênfases de escolha dos estudantes. No último ano do ensino médio o estudante faria opção por uma das áreas do currículo ou pela formação profissional. O modelo reforçou a fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012 buscavam minimizar.(...) **A compulsoriedade do cumprimento da jornada completa de sete horas diárias para todos** constitui uma ameaça ao direito à educação para o contingente de aproxima-damente dois milhões de jovens de 15 a 17 anos que estudam e trabalham. Demonstra também o **desconhecimento a respeito da rede de escolas, muitas delas sem a mínima estrutura física ou professores** em quantidade suficiente para dobrar a jornada. Estes os

principais problemas desse Projeto de Lei agravados pela proibição de que menores de 18 anos possam estudar à noite. Também é motivo de preocupação a oferta da educação profissional por escolas sem quaisquer condições de qualidade para a finalidade (Silva; Scheibe, 2017, p. 25).

Doravante às características que o PL 6.840/2013 preconizou, houve a formação do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, composto por várias entidades do campo educacional, para a proposição de resistências críticas ao projeto. O que, de fato, ocorreu, pois diante da oposição da articulação do próprio movimento com entidades estudantis, que promoveram ocupações em instituições de ensino e manifestações, por exemplo, e secretarias de educação, o PL sofreu modificações:

A expectativa da Comissão Especial da Câmara era a de que o PL 6.840/13 fosse a plenário no início de 2015, quando voltassem as atividades do Legislativo. O ano de 2015 e parte de 2016 ocupou o Congresso Nacional e a sociedade brasileira com ações voltadas ao *impeachment*. Com isso, o Projeto de Lei de Reformulação do Ensino Médio e seu Substitutivo ficaram sem tramitação (Silva; Scheibe, 2017, p. 26).

Nesse ínterim, o Governo Michel Temer encaminhou para o Congresso Nacional, sem diálogo com a sociedade ou mesmo a educacional, de forma mais particular, a Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016, embrião da vigente mudança.

Em suma, a partir desse breve panorama, se tornam candentes as três marcas que Silva (2016) definidoras do EM no Brasil:

(...) considerado um **ensino para poucos**, somente muito recentemente surgem iniciativas que sinalizam na direção de torná-lo obrigatório; como segunda característica, as **controvérsias em torno de suas finalidades, ora tidas como propedêuticas, ora como profissionalizantes, e por vezes as duas coisas ao mesmo tempo**. Seja pela primeira ou pela segunda razão, a educação escolar dos jovens foi se instituindo ainda com a marca da **desigualdade – de acesso, de permanência, de conclusão e de qualidade** (Silva, 2016, p. 1).

Mesquita e Lelis (2015) adicionam que o Ensino Médio brasileiro reflete “a ‘realidade perversa’ da sociedade brasileira, caracterizado como dual, elitista e seletivo, sem destinação social e reconhecido como nível de ensino esquecido, por isso ‘médio’, ou em segundo plano, secundário, local de reprodução e discriminação” (Mesquita; Lelis, 2015, p. 822). Nesse sentido, apresenta-se como relevante o seguinte questionamento: Quais os impactos da atual Reforma do Ensino Médio para a educação escolar?

Especificamente sobre o processo de implementação da atual Reforma no estado de Santa Catarina, Silva, Martini e Possamai (2021) apontam que esse foi deflagrado em 2019 por meio da ação das Coordenadorias Regionais de Educação e diante da realização da Primeira Reunião Técnica na cidade de Chapecó no dia 14 de agosto de 2019. Nessa, foram discutidos o reordenamento dos profissionais, o financiamento da iniciativa e foi realizado um mapeamento das demandas regionais da Educação Profissional. Após esses encaminhamentos de ordem administrativa e financeira, apresentou-se aos participantes do evento uma primeira simulação de “modelo de oferta” e de “execução da oferta” do Novo Ensino Médio (NEM).

Apresentado esse modelo, as escolas-piloto assumiram a responsabilidade de elaborar “uma Proposta de Flexibilização Curricular, um relatório de escuta dos estudantes, um diagnóstico de necessidades da escola e um mapeamento dos interesses dos discentes” (Silva; Martini, Possamai, 2021, p. 66).

Cerca de um mês após a Primeira Reunião Técnica os profissionais da rede estadual participaram do 2º Encontro da Frente de Trabalho Currículo e Novo Ensino Médio, promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), em Brasília, entre os dias 9 e 11 de setembro de 2019.

Em outubro de 2019, deu-se início ao processo de elaboração do Caderno de Orientações para implementação do NEM da rede estadual catarinense. Ainda naquele mês, a partir de informações presentes em Silva, Martini e Possamai (2021), a SED produziu a “Web Série Novo Ensino Médio”¹¹ com o propósito de apresentar os passos da implementação em Santa Catarina.

Em continuidade às ações desenvolvidas no ano de 2019, o Primeiro Encontro Formativo do Novo Ensino Médio ocorreu entre os dias 12 e 13 de novembro de 2019, em Florianópolis. Paralelamente aos encontros de apresentação, presenciais e virtuais, a SED deu continuidade às ações de um Grupo de Trabalho, constituído ainda em 2018, para a elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, o qual foi aprovado em 2020.

Apoiada em Silva, Martini e Possamai (2021) é possível afirmar que a pandemia de Covid 19, de 2020, serviu como uma “janela de oportunidade” para que ocorressem avanços significativos na implementação da Reforma. Isso se deu a partir

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sDSEKbVx2I0&list=PLNgFJiqZ-gFoYXb2TsmPKRt7tuWishrQu>

do estabelecimento de parceria firmada gratuitamente com o Instituto Iungo¹², que promoveu formações aos professores da rede assim como articulou a construção das ementas das disciplinas eletivas a serem ofertadas pelas escolas.

Como avaliação parcial dos impactos da reforma, Leão (2018) afirma que se tem produzido uma flexibilização que atende aos interesses dos sistemas de ensino e do mercado, assim como reduz os custos do Estado com a formação da juventude, induzindo processos de privatização por meio da transferência de recursos da educação pública para o setor privado. Os achados de Silva e Araújo (2021) vão ao encontro dessa reflexão, pois, ao analisarem o relato das experiências das escolas-piloto em 20 unidades da federação, argumentam que apesar de algumas diferenças, vários estados diminuíram a carga horária de disciplinas no EM, principalmente de Filosofia e Sociologia, havendo a inclusão de temas como empreendedorismo, educação financeira e projeto de vida nas programações currículos, além de terem sido firmadas parcerias com instituições privadas para implementação da reforma.

É importante ressaltar que um foco importante da Reforma é o Ensino Técnico e Profissional de Nível Médio. A respeito disso, a legislação abre a possibilidade de parcerias com o setor privado, possibilita a oferta da educação à distância, reconhece experiências de trabalho no setor produtivo e possibilita a contratação de docentes que comprovem notório saber.

Para Silva, Martini e Possamai (2021), a Reforma, ao estabelecer que 20% da carga horária dos cursos diurnos e 30% dos cursos noturnos poderá ser cursada a distância, potencialmente aprofundar as desigualdades educacionais dos estudantes da escola pública da classe trabalhadora mais empobrecida. Além disso, aponta-se que a reforma induziu mudanças em importantes marcos legais da educação nacional, como a LDBEN, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), reordenando uma série de políticas públicas que estavam em vigor no país, como a o PNLD, o SAEB, a formação de professores, etc. Por fim, para os autores, a ênfase dada ao desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas com “demandas do século XXI” responsabiliza os sujeitos por seus êxitos e fracassos, desconsiderando as condições concretas de vida dos cidadãos, e reduzir a formação dos estudantes ao propor apenas a resolução de

¹² Informações disponíveis em: <https://iungo.org.br/>

problemas do cotidiano, o que impede que o conhecimento seja objeto de experiência e reflexão críticas. Saviani (2013) adiciona que a chamada “Pedagogia das Competências” pode ser também compreendida como Pedagogia da Exclusão:

Trata-se de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é, sua conversão em empresário de si mesmo, o trabalho voluntário, terceirizado, subsumido em organizações não governamentais, etc. Portanto, se diante de toda essa gama de possibilidades ele não atinge a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a pedagogia da exclusão (Saviani, 2013, p. 431).

À guisa de um fechamento para este capítulo, a partir das informações dispostas até aqui, é possível perceber que o EM brasileiro tem passado por inúmeras alterações, sempre justificadas por questões que envolvem mudanças na relação entre capital e trabalho, atendendo em geral os interesses do capital (Nascimento, 2007).

Por este motivo, a legislação vem, sistematicamente, mantendo a lógica da escola dualista, sendo o EM, historicamente, seletivo e vulnerável à desigualdade social (Nascimento, 2007). Por isso, dado o contexto de desenvolvimento da mais recente reforma, estudos e pesquisas como este, podem contribuir com reflexões sobre as finalidades formativas da última etapa da educação básica, seus avanços e retrocessos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Gil (2002), o desenvolvimento de uma pesquisa, em linhas gerais, envolve um esforço sistemático de busca por respostas à problemas previamente formulados. Assim sendo, uma investigação, na visão do autor, é promovida quando não se dispõe de informações suficientes ou disponíveis acerca de um dado objeto de estudo. Por isso, lança-se mão de uma série de conhecimentos e metodologias para se compreender melhor o recorte de realidade sobre o qual se quer saber mais.

Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa "trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" (Minayo, 2007, p. 21). Isto tem relação com natureza humana e o modo específico pelo qual construímos nossa realidade sócio histórica, haja vista que pensamos e interpretamos nossas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com nossos semelhantes.

O presente TCL possui natureza qualitativa (Minayo, 2010) e foram utilizados, como fonte de informações, documentos, a saber: artigos publicados em periódicos acadêmicos.

De acordo com Galvão e Ricarte, trabalhos de revisão de literatura, como este, contribuem, pois:

(...) evita a duplicação de pesquisas ou, quando for de interesse, o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos. Permite ainda: observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram brechas na literatura trazendo real contribuição para um campo científico; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência (Galvão; Duarte, 2020, p. 58).

Muitas vezes, é a partir de uma pesquisa de revisão de literatura sobre uma determinada temática, que um pesquisador começa a se familiarizar com um campo ou objeto de investigação. Há diferentes formas pela qual esse tipo de ação pode ser organizada, mas Galvão e Ricarte (2020) realizam uma importante distinção: a de uma revisão de literatura de conveniência e a revisão sistemática da literatura:

A revisão de conveniência é aquela na qual o pesquisador reúne e discorre sobre um conjunto de trabalhos científicos que julga importante para o tratamento de uma temática, mas não apresenta critérios explícitos sobre como a revisão foi construída para que possa ser reproduzida por outros

pesquisadores. (...) A revisão sistemática da literatura vai muito além disso. É uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explicita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão. De forma geral, a revisão de literatura sistemática possui alto nível de evidência e se constitui em um importante documento para tomada de decisão nos contextos públicos e privados. Dito de outro modo, a revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão, não se constituindo apenas como mera introdução de uma pesquisa maior, como pode ser o caso de uma revisão de literatura de conveniência (Galvão; Ricarte, 2020, p. 58-59).

Este Trabalho se relaciona com a segunda modalidade, quer seja: revisão sistemática de literatura.

No que tangem as análises, de modo a detalhá-las, lancei mão dos procedimentos sugeridos pela análise de conteúdo (Bardin, s. d). Para a autora, a análise de conteúdo se refere a:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtisem (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factos comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas (...) é a hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial inédito (do não-dito), retirado por qualquer mensagem. Tarefa paciente de desocultação (...) (Bardin, s. d., p. 9).

Nesse sentido, em um primeiro momento, organizei os materiais identificados.

Quanto aos documentos, o *corpus* de análise consistiu em 89 trabalhos publicados no portal Periódicos CAPES. No dia 28 de abril de 2024, utilizando-se as palavras-chave “Reforma do Ensino Médio” e “Sociologia”, foram obtidos 45 resultados. As demais pesquisas foram identificadas no dia 29/04/2024, utilizando-se as palavras “Novo Ensino Médio” e “Sociologia” (46 resultados) e “Lei nº 13.415/2017” e “Sociologia” (0 resultados).

Com a leitura dos resumos dos 89 trabalhos, foi possível construir itens de análise, além de ocorrer a identificação de um subgrupo de artigos (39) que deveriam ser lidos na íntegra. Isso ocorreu, pois 51/89 não tinham como foco, especificamente, a discussão sobre a Reforma do Ensino Médio, apesar das especificidades das palavras-chave selecionadas para a busca. Diante disso, sistematizei, a partir do

estudo aprofundado dos textos, os principais dados encontrados mediante itens de análise estabelecidos tanto *a priori* quanto *a posteriori*, quais sejam: autoria, região de vínculo de autores, momento de publicação e foco de pesquisa. É importante mencionar que categorias acima mencionadas não são autoexcludentes, ou seja, pode haver a sobreposição de temas entre os trabalhos alocados entre as categorias. A ideia seria, portanto, a de identificar o escopo principal das investigações.

Após o estabelecimento dos itens de análise, realizei a classificação e a categorização das informações coletadas, sendo que, em uma etapa final, construí inferências e interpretações, as quais são apresentadas e discutidas na próxima seção. As informações acerca dos artigos identificados encontram-se no **Apêndice A**.

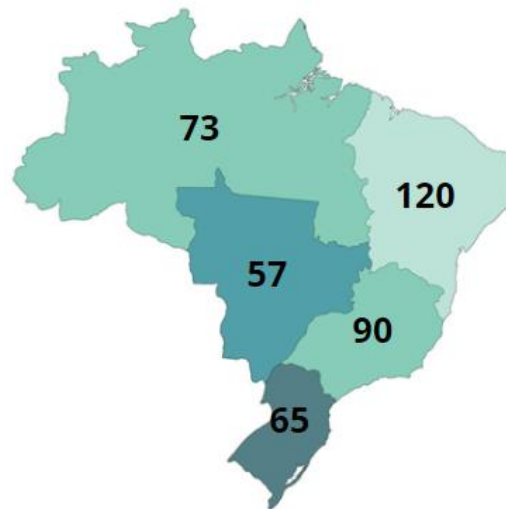
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acerca da autoria dos trabalhos, chama atenção que a maior parte dos trabalhos foi escrita por um pequeno número de autores. A maioria (40/89) apresenta apenas um autor, sendo que 33/89, 11/89 e 05/89 possuem, respectivamente, dois, três ou mais responsáveis.

Sobre a região de vínculo dos trabalhos, aquela com o maior número de pesquisas vinculadas é o sudeste (31/89). Outras regiões com um número significativo de trabalhos são a sul (28/89) e nordeste (12/89). Um menor número de trabalhos foi encontrado para as regiões centro oeste (05/89) e norte (02/89). Apenas para alguns trabalhos não foi possível identificar a região de vínculo de autoria.

Abaixo apresento as Figuras 3 e 4, que localizam os cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação na área de Sociologia no Brasil.

Figura 2 - Programas de Graduação em Sociologia no Brasil¹³



Fonte: elaboração da autora

¹³ Para a elaboração da figura, consultou-se o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), no dia 29 de maio de 2024, no link: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>

Figura 3 - Programas de Pós-Graduação em Sociologia no Brasil¹⁴

Fonte: elaboração da autora

Pela análise das imagens é possível perceber que os resultados obtidos por esta pesquisa convergem para as regiões em que existem instituições de ensino superior com cursos de graduação e de pós-graduação, assim como grupos de pesquisa vinculados com a área de “Sociologia”. Ou seja, localidades que apresentam pessoas ou coletivos que estudam de forma mais profunda o tema.

A respeito dos periódicos em que as pesquisas são apresentadas, percebe-se que as publicações estão pulverizadas em inúmeras revistas. As que apresentam mais de três trabalhos que integram o *corpus* desta investigação são: HOLOS, Revista Eletrônica de Educação, Revista Sociologias Plurais e Revista Espaço do Currículo.

Quadro 1 - Relação de periódicos com artigos que integram o *corpus* da pesquisa¹⁵

Nome do periódico	Classificação Qualis Periódicos (Sociologia)	Classificação Qualis Periódicos (Educação)	N.
#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia	C	B5	01
Acta Scientiarum	--- ¹⁶	---	01

¹⁴ Para a elaboração da figura, consultou-se a Plataforma Sucupira, no dia 29 de maio de 2024, pelo link: <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/programas?area-avaliacao=34&search=&size=20&page=0>

Ainda, utilizou-se como elementos de busca Programas de Pós-Graduação na área de avaliação “Sociologia”.

¹⁵ Foi realizada consulta na Plataforma Sucupira, no dia 29 de maio de 2024, pelo link: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Utilizou-se como referência “evento de classificação” do quadriênio 2013-2016. Vale destacar que indicou-se a classificação, também, da área de Educação, em função da natureza do tema de pesquisa investigado e a vinculação institucional de relevantes autores da área do Ensino de Sociologia com Faculdades/Centros de Educação.

¹⁶ Utilizou-se “---”, quando não foi identificada avaliação Qualis para a área de Sociologia, ou de forma geral, na consulta realizada.

Nome do periódico	Classificação Qualis Periódicos (Sociologia)	Classificação Qualis Periódicos (Educação)	N.
Cadernos de Educação	---	B1	01
Cadernos de Pós-Graduação	---	B3	01
Cadernos UniFOA	---	B4	01
CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais	B5	---	01
EccoS – Revista Científica	---	A2	01
Educação	---	---	01
Educar em Revista	B2	A1	01
Em tese	B4	C	01
e-Mosaicos	B5	B5	01
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	---	A1	01
Enseñanza de las Ciencias Sociales	---	B2	01
Fólio - Revista de Letras	---	B4	01
História, Ciências, Saúde-Manguinhos	A1	A1	01
Interfaces da educação	B5	B3	01
Interseções: Revista De Estudos Interdisciplinares	B1	B3	01
Linguagem em (Dis)curso	---	B1	01
Linhas Críticas	---	B1	01
Mediações - Revista de Ciências Sociais	B1	B1	01
Norus - Novos Rumos Sociológicos	B3	B4	01
Novos Cadernos NAEA	B1	C	01
Olhares: Revista do Departamento de Educação da UNIFESP	B4	---	01
Pedagogía y Saberes	---	B2	01
Pedagógica: Revista do programa de Pós-Graduação em Educação	---	B5	01
Perspectivas em diálogo: Revista de Educação e Sociedade	B5	C	01
PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília	---	---	01
Revista Ambiente: Gestão e Desenvolvimento	---	---	01
Revista BOEM	---	---	01
Revista Brasileira de História & Ciências Sociais	B3	B1	01
Revista Brasileira de Sociologia – RBS	A2	B4	01
Revista Brasileira do Ensino Médio	---	---	01
Revista Ciências Sociais Unisinos	---	---	01
Revista de História	---	---	01
Revista de Historia Iberoamericana	---	B1	01
Revista Digital de Ensino de Filosofia	B5	B5	01
Revista Educação e Emancipação	---	---	01
Revista Educação Unisinos	---	---	01
Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar	B3	B3	01
Revista Foco	---	---	01
Revista Inter-Ação	---	B1	01
Revista Interinstitucional Artes de Educar	---	B4	01

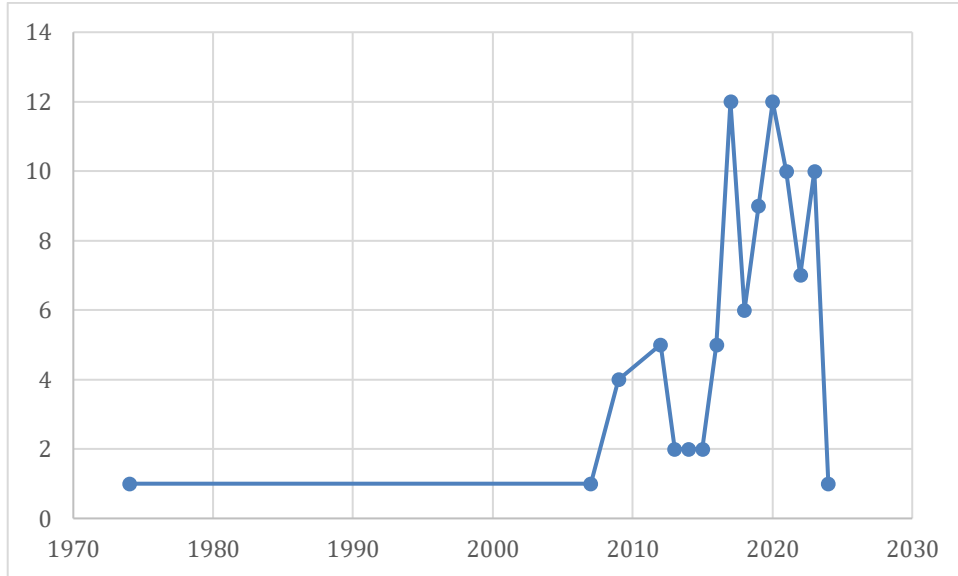
Nome do periódico	Classificação Qualis Periódicos (Sociologia)	Classificação Qualis Periódicos (Educação)	N.
Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa	---	---	01
Revista Novos Rumos Sociológicos	---	---	01
Revista Profissão Docente Online	---	---	01
Revista Temas em Educação	---	---	01
Revista TOMO	B1	B3	01
Signo	B5	B1	01
Sociologia, problemas e práticas	A2	---	01
Revista de Ciências Sociais	---	A2	01
Áskesis	B4	B2	02
Cadernos do Aplicação	---	C	02
Educação & Formação	B3	B2	02
Educação e Pesquisa	B1	A1	02
Em Aberto	B3	B1	02
PerCursos	B3	B4	02
Perspectiva	---	---	02
Política & Sociedade	B1	B2	02
Revista de Economia e Sociologia Rural	A2	---	02
Revista Teias	B2	B1	02
Teoria e Cultura	B2	C	02
Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica	---	---	02
HOLOS	---	B2	03
Revista Eletrônica de Educação	B4	B1	03
Revista Sociologias Plurais	B5	---	04
Revista Espaço do Currículo	B4	B2	05

Fonte: elaboração da autora

Destaca-se que o volume 3, do ano de 2017¹⁷, da revista HOLOS, apresenta dezessete artigos, um deles na forma de resenha, os quais abordam como tema central o EM. Ainda, a maior parte dos trabalhos encontra-se publicada em revistas de estratos inferiores da classificação Qualis. Ou seja, são revistas com baixo fator de impacto.

Quanto ao momento de publicação dos trabalhos, apresento o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Incidência de trabalhos por ano de publicação



Fonte: elaboração da autora

Analisando-se a figura, percebe-se que 2017, ano de publicação da lei que modificou o EM, foi marcado por intensa publicação de trabalhos sobre o tema (12/89). A partir desse ano, um grande volume de publicações ocorreu em cada ano, em 2018, foram 06/89, em 2019, 09/89, em 2020, 12/89, em 2021, 10/89, em 2022, 07/89, em 2023, 10/89 e, em 2024, ano que ainda não se encerrou, foi identificado um trabalho.

Articulando os itens de análise "autoria" e "momento de publicação" compreendo que a produção acadêmica foi ativamente reativa em relação à Reforma em tela. Isto é, a autoria única pode estar vinculada com a candência e a resposta de posicionamentos pessoais

Acerca do objetivo dos trabalhos, identificou-se categorias que exprimem o interesse central das investigações, as quais são identificadas a seguir: Análise da formação de professores (03/89), Análise da Reforma do Ensino Médio de forma geral (06/89), Avaliação dos previsões de impactos da Reforma do Ensino Médio (05/89), Disciplina escolar de Sociologia (03/89), Implicações curriculares da reforma (11/89), Implicações para a docência (01/89), Implicações legais da reforma (01/89), Não tem como foco a Reforma do Ensino Médio (51/89) e Percepções acerca da Reforma do Ensino Médio (06/89).

A seguir, apresento um quadro que relaciona os trabalhos com o interesse central elencado:

Quadro 2 - Relação de focos de pesquisa dos trabalhos identificados

Foco de pesquisa	Trabalhos
------------------	-----------

Análise da Reforma do Ensino Médio de forma geral	Carneiro (2020); Oliveira, Oliveira e Röwer (2020); Neta (2017); Alves (2022); Gonçalves, Puccinelli (2017); Lopes (2021)
Disciplina escolar de Sociologia	Pacheco; Mattar (2018), Neuhold (2023) e Zanardi (2013)
Avaliação de previsão de impactos da Reforma do Ensino Médio	Corrêa; Gandin (2019), Bueno; Carvalho (2023), Correa; Cunha (2023), Melo (2016) e Neves (2012).
Implicações na formação de professores	Brum (2019); Raizer, Caregnato e Pereira (2021) e Oliveira (2015).
Implicações curriculares	Lima (2020); Machala e Matos (2018), Conceição; Castro (2019); Cardeal (2017); Lopes (2021); Oliveira; Greinert (2020); Feijó (2012); Neuhold (2023); Gabriel, Pereira, Gabriel (2022); Cardoso; Martins; Araújo (2021); Bodart e Feijó (2020).
Implicações para a docência	Machala e Matos (2018),
Implicações legais da reforma	Cunha Neto; Resende (2017)
Percepções acerca da Reforma do Ensino Médio	Oliveira; Binsfeld; Trindade (2018); Cigales <i>et al.</i> (2020); Santos (2022); Lopes (2024); França e Marchelli; Antunes e Lima (2021).

Fonte: elaboração da autora

A despeito dos aspectos metodológicos dos trabalhos, a maior parte das pesquisas se baseia na análise de documentos (40/89). Além disso, 12/89 são investigações com sujeitos e 04/89 em espaços. Sobre as pesquisas com sujeitos utilizam-se, principalmente, questionários e entrevistas e, para o desenvolvimento de estudos sobre espaços, usa-se, em geral, observações. Há pesquisas em que as fontes de informação são articuladas, a saber: 02/89 envolvem documentos e espaços, 11/89 documentos e sujeitos e 03 articulam as três fontes.

Por fim, no que se referem os resultados das investigações, essas apontam: alteração nos sentidos de formação ofertada ao longo do Ensino Médio (12/89); exclusão da disciplina (09/89); necessidade de mudanças na formação de professores (03/89); flexibilização e precarização da formação ofertada ao longo do EM a partir da reforma (02/89); descontinuidades no processo de elaboração do documento oficial da reforma (01/89); desvalorização do saber docente e do trabalho intelectual (01/89); diferenças no processo educacional em relação às classes sociais menos favorecidas (01/89); os obstáculos para a concretização da integração curricular (01/89);

precarização da formação ofertada (01/89); precarização do trabalho docente (01/89); e que a sociologia ainda não conseguiu ser incorporada à cultura escolar (01/89).

Procurando especificar, ainda mais, os achados das publicações identificadas, articulei o foco de pesquisa com os principais resultados obtidos pelas produções.

Sobre artigos a respeito da “análise da Reforma do Ensino Médio de forma geral”, Carneiro (2020) identificam que apensar de um “verniz” modernizador, a Reforma do Ensino Médio busca reduzir ou até mesmo excluir disciplinas “desinteressantes” e/ou “inúteis”, o que inclui a Sociologia. O autor constata isso e analisa tal aspecto diante do conceito de tecnicismo, o qual proporciona flexibilização e precarização da formação.

Tais achados coadunam com os de Oliveira, Oliveira e Röwer (2020), que afirmam que:

Compreendemos que a exclusão da disciplina de Sociologia se estabelece num cenário de ataque à educação pública, como um bem a ser mantido pelo Estado. A desresponsabilização do Estado frente à oferta da educação gera consequências grandiosas na escolado ponto de vista da formação dos estudantes e da própria área de ciências humanas/sociais, que está ancorada na ciência sociológica, como ramo epistemológico que também está sendo atacado por imprecisões acerca do que significa e se propõe (Oliveira; Oliveira; Röwer, 2020, p. 362).

Alves (2022) ressalta a mudança no trabalho escolar em função das recentes reformas educacionais, destacando que o que está em jogo é uma subtração do trabalho do professor por meio da privatização do currículo, que "não se refere apenas aos tradicionais processos de compra de insumos em materiais (...), mas na definição do que ensinar, de como ensinar e quando ensinar", o que implica em processos avaliativos. Tais aspectos curriculares se relacionam com os apontamentos presentes em Lopes (2021).

Gonçalves, Puccinelli (2017) destacam a noção de “notório saber” presente na reforma, o que se relaciona com um cenário mais amplo de reforma administrativa do Estado, especificamente diante da reforma trabalhista. Cita o movimento do Escola Sem Partido e sua relação com diminuição da carga horária dos componentes curriculares considerados secundários, como é o da Geografia e História, bem como a flexibilização de outros como o ensino da Língua Espanhola. Os autores relacionam as mudanças educacionais em curso com reformas ocorridas internacionalmente de orientação neoliberal e neoconservadora, além de discutir o problema do

desenvolvimento de alterações mediante o uso de Medidas Provisórias e Portarias. Sobre a semelhança com reformas presentes em países do exterior, Lopes (2021) também constata isso, ao apontar um alinhamento comum entre processos de ensino-aprendizagem-avaliação-formação, tal como aponta Carneiro (2020).

Lopes (2021) adiciona ainda que a Reforma do Ensino Médio, mesmo descontínua no processo de produção do documento oficial da Base, versa sobre uma pedagogia de aplicabilidade imediata que prepara os estudantes para ocuparem postos no mercado de trabalho.

Especificamente sobre a “Disciplina escolar de Sociologia”, Pacheco; Mattar (2018), ao analisarem ocupações que ocorreram nas escolas contra o processo de reforma educacional em curso, perceberam tal ação como grande positiva para a formação dos estudantes enquanto um grupo político, o que proporcionou uma crítica da estrutura escolar e acerca de sua escolarização.

Neuhold (2023) caracteriza que os antecedentes da Sociologia como disciplina escolar remetem ao século XIX, mas sob um tom conservador e moralizante, que reproduzia a hierarquia das ciências com inspiração positivista. Analisa-se a disciplina entre as primeiras décadas do XX, em que a Sociologia foi retirada da grade curricular, passando pelos anos da ditadura civil-militar, em que não houve porosidade para ensino da Sociologia. Explicita-se, ainda, que com a reabertura democrática, a nova LDBEN reconheceu a presença da sociologia enquanto disciplina escolar, mesmo que não houvesse a obrigação de que essa se consubstanciasse em disciplina. Caracteriza-se, ainda, que diante de mobilização de sindicatos, sociedades científicas, professores da Educação Básica e Superior, a situação da Sociologia no currículo oficial foi revertida, culminando com a publicação da Lei nº. 11.684. A autora indica que a ampliação de vagas em cursos de formação dos professores, a publicação de livros, a elaboração de propostas curriculares estaduais e a crescente produção acadêmica relacionada ensino de sociologia contribuiu com a estabilização da disciplina, o que foi colado em xeque com a Reforma do Ensino Médio.

Resgate semelhante é feito por Zanardi (2013), mas o autor adiciona que a importante análise sobre o papel educativo da disciplina na formação dos estudantes:

Apesar de submetida a críticas, a inclusão da Sociologia enquanto disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio não é mero enciclopedismo ou corporativismo. A apropriação do conhecimento sociológico pelos jovens não deve ser pragmática, imediatista ou utilitarista. Ela corresponde a uma necessidade de transmitirmos aos jovens um conhecimento que lhes seja útil

para interpretar o mundo e, com isso, auxiliá-los na construção da sua própria identidade. Ela corresponde ao modelo de sociedade que desejamos para nós mesmos. Nesse sentido, a Sociologia tem seu papel a desempenhar, colaborando com outras disciplinas, na tentativa de possibilitar ao indivíduo a compreensão do mundo em que está inserido e de suas mudanças (Zanardi, 2013, p. 106-107).

A respeito da “Avaliação de previsão de impactos da Reforma do Ensino Médio”, Corrêa e Gandin (2019), especialmente sobre a proposta dos Seminários Integrados no Rio Grande do Sul, atestando o desmantelamento da proposta de integração curricular pela ausência de regulamentação e de assistência pedagógica e financeira. Também, percebeu-se marcas de desvalorização profissional docente e de isolamento dos profissionais que desenvolveram a proposta, o que contribuiu para o desenvolvimento de um currículo interdisciplinar e integrado não ocorresse. Adiciono que outro trabalho relacionado com a categoria, Neves (2012) faz um relato de uma experiência de uma Oficinas de texto que ocorreu no âmbito Ensino Técnico Integrado ao EM, o que dialoga com a proposta dos Seminários Integrados.

Bueno e Carvalho (2023) caracterizam o projeto formativo neoliberal por trás dos objetivos propostos nos Projetos de Vida no NEM, identificando como resultados:

(...) a redução da grade disciplinar, a conversão de conteúdos científicos em habilidades práticas e o deslocamento de determinadas questões sociológicas (como racismo, sexualidade, discriminações e degradação ambiental) para o campo do Projeto de Vida, no qual são tratadas como redutíveis à dimensão interpessoal e imediata (Bueno; Carvalho, 2023, p. 162).

Em adicional, evidencia-se que princípios educativos como “emancipação”, “autonomia” e “criticidade” foram esvaziados de seus significados e que o caráter propedêutico se encontra ameaçado, pois quer-se fomentar:

(...) ingresso rápido do jovem ao mercado de trabalho; para isso, forma-se um operário multifuncional e/ou um prestador de serviços autônomo, condicionado à meritocracia, percebendo-se como empreendedor e naturalizando a precarização do trabalho, visando atender à lógica corporativa e político-econômica em vigor (Bueno; Carvalho, 2023, p. 163).

Já os achados de Correa e Cunha (2023) apontam que os jovens apresentam otimismo com a proposta, identificando positivamente a necessidade que a escola fomente experiências que contribuam para a realização de seus projetos pessoais. Especialmente sobre tais projetos, os jovens ressaltam a importância da escola na orientação de suas escolhas pessoais e profissionais.

Melo (2016) afirma que embora o acesso ao EM seja legalmente garantido a todos, uma vez que é uma etapa da Educação Básica, percebe-se que nem todos os estudantes as mesmas condições objetivas de permanecerem frequentando a escola e, quando o fazem, esses não conseguem se dedicar de forma suficiente e com a qualidade necessária para obter êxito em seus estudos. Além disso, o autor coloca que a disciplina de Sociologia tem falhado ao não oferecer aos estudantes instrumentos teórico-metodológicos que possam contribuir com o desvelamento das contradições sociais em prol da transformação social.

Sobre os trabalhos relacionados com a “Implicações na formação de professores”, em Brum (2019), faz-se um balanço da formação de professores de Ciências Sociais no Brasil, a partir da promulgação da Lei nº 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio), até o contexto da aprovação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC. Raizer, Caregnato e Pereira (2021) discutem o tema à luz, também, da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, considerando, em adicional as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Por fim, Oliveira (2015) explicita dados quantitativos sobre a formação de professores no Brasil, especialmente diante do contexto de expansão dos cursos por meio da reintrodução da Sociologia. O autor indica algumas tendências e desafios que podem ser percebidos, uma vez que as Licenciaturas em Ciências Sociais estão alocadas, principalmente nos cursos universitários públicos. Contudo, faz-se o alerta que tem ocorrido um grande crescimento da oferta de cursos na modalidade EaD, principalmente em instituições privadas, sendo tímida a presença do setor público na modalidade. Coloca-se, ainda, que a expansão quantitativa dos cursos só se efetivará diante de melhores condições para o trabalho docente, uma vez que não há certezas quanto à atuação dos egressos ou mesmo se todos os estudantes ingressantes concluirão o curso. Há, também, a necessidade que a formação continuada desses profissionais ser maior qualificada.

De modo a destacar as implicações curriculares da reforma, Lima (2020) aponta a mudança quantitativa da disciplina, já a Sociologia perdeu espaço nos três anos do Ensino Médio no que se refere a questão da carga horária. Alteração do ponto de vista qualitativo ocorreu, pois essa passou a ser vista como "estudos e práticas" não mais uma disciplina curricular. Entretanto, o autor indica que a retirada da disciplina ou mesmo redução/mudança de seu escopo formativo não é novidade sob um panorama histórico.

Machala e Matos (2019) concordam com os argumentos antes dispostos, assim como o faz Lopes (2021), Oliveira; Greinert (2020) e Gabriel, Pereira, Gabriel (2022), Bodart e Feijó (2020), mas adicionam que a questão docente não é apontada como causa para a reformulação, o que historicamente vem sendo apontado pela área de pesquisa. Tal reestruturação, para os autores, buscaria atender questões formativas mais amplas, ligadas à formação da juventude para as quais a Sociologia crítica traria importantes contribuições. Ressalto que para a categoria "implicações para a docência", vinculou-se o trabalho de Machala e Matos (2018).

Conceição e Cardeal (2017) discutem a hierarquização disciplina que existe na cultura escolar, afirmando que:

O papel desempenhado pela cultura escolar é fundamental para entender o processo pelo qual a disciplina de sociologia ainda não é dotada de sentido e de importância, uma vez que os sujeitos que participam do cotidiano escolar classificam as disciplinas escolares através dessa cultura produzida dentro da escola, apesar de afetada pelo contexto socioeconômico. Dentre os aspectos que contribuem para a classificação estão as práticas dos professores de sociologia, a incompreensão sobre o sentido da sociologia pelos estudantes, o distanciamento entre o propagado pelos documentos oficiais e as realidades escolares e o histórico de intermitência da disciplina de sociologia nos currículos. Uma disciplina que costumeiramente entra e sai dos currículos escolares pode ter sido definida pela cultura escolar como secundária, já que a qualquer momento pode ser retirada, não contendo a mesma importância dada às demais. Fato que pode ser agravado, mais uma vez, com a implantação da reforma do ensino médio (Conceição; Cardeal, 2017, p. 248).

Tal aspecto ressoa com os achados de Feijó (2021), em que se afirma que “existe uma conexão entre a disciplinarização e o contexto cultural e político em que a ciência e a disciplina estão inseridas” (Feijó, 2012, p. 121).

Cardoso, Martins, Araújo (2021) ressaltam a interdisciplinaridade entre Filosofia e Sociologia, pensando-se uma formação ampliada e crítica, o que não tem relação com a proposta dada pelas recentes mudanças educacionais.

Sobre as “Implicações legais da reforma” Cunha Neto e Resende (2017) estudam as contradições constantes na Lei nº13.415/2017, que altera inúmeros artigos da Lei nº 9.394/96, além de demandar maior investimento financeiro para execução de sua proposta, mesmo que o país esteja em contexto econômico delicado. Discute o conceito de formação integral dos estudantes presente no documento, apontando para a não obrigatoriedade de várias disciplinas ligadas com as Ciências Humanas. Além disso, discute que o que a Reforma do Ensino Médio propõe rompe com os estudos que estavam sendo realizados no campo acadêmico.

Sobre “Percepções acerca da Reforma do Ensino Médio”, Oliveira, Binsfeld e Trindade (2018) percebem um certo *habitus* para professores de Sociologia, uma vez que é comum que a escolha do curso e pela docência ocorra por motivos contingenciais, movidos pelas possibilidades objetivas postas para esses agentes, assim como pela própria rede de relações que eles possuem. Diante disso, coloca-se que os profissionais envolvidos com a investigação têm a percepção de que a Reforma representa um retrocesso no âmbito das políticas educacionais, o que é ainda mais evidente naqueles que atuam há mais tempo. Ainda, afirmam que:

É relevante destacar que estes professores apresentam uma preocupação mais geral com as implicações em termo de formação dos alunos no cenário desta Reforma, por compreenderem que há tanto um reforçamento das hierarquias escolares e das desigualdades educacionais, quanto pela perda de uma dimensão mais crítica na formação escolar. Neste ponto, ganha visibilidade o papel da sociologia enquanto uma das disciplinas que possuiria um papel fundamental na formação crítica do aluno, de tal modo que a perda da obrigatoriedade desta ciência no currículo escolar representaria um retrocesso não apenas para o campo específico do ensino das ciências sociais, como também para a formação discente como um todo (Oliveira, Binsfeld e Trindade, 2018, p. 258).

Binsfeld, Trindade (2018), Cigales *et al.* (2020) identificam que a percepção dos respondentes de sua pesquisa, os quais consistem em estudantes, acerca do novo currículo é de que ele é mais atrativo ao diversificar a oferta de ensino, que esses explicitam inúmeras dificuldades no que se refere ao ensino remoto e que há indefinição pela escolha do Itinerário Formativo na parte diversificada do novo currículo. Tais resultados podem ser articulados com os de Santos (2022), que também entrou em contato com jovens, e evidencia que os discursos coletados estão impregnadas do discurso neoliberal difundido e disseminado na escola, havendo processos de internalização desses.

Lopes (2024) adiciona que, nos jovens que participaram de sua pesquisa, apresentam várias expectativas em torno do que a conclusão do EM pode proporcionar, quer seja na conquista de um emprego ou o ingresso na universidade. Outro ponto destacado pelos sujeitos é o papel da escola na sua socialização e também se apontam as possibilidades e os limites da educação em tempo integral que vem ocorrendo nesta etapa da educação básica.

França e Marchelli (2018), estudaram as percepções de estudantes do 3º ano matriculados em escolas públicas do município de Delmiro Gouveia, as quais

passaram por processos de ocupação, e que conquistaram o direito da Sociologia se tornar conteúdo obrigatório no Ensino Médio em função de sua luta.

Antunes e Lima (2021) analisaram as percepções dos jovens estudantes que vivenciaram a Iniciação Científica no EM em uma instituição federal de ensino, evidenciando que tal experiência contribuiu com o processo de conclusão dos estudantes na referida etapa, havendo apropriação de novos e significativos conhecimentos acerca das disciplinas escolares cursadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este TCL buscou analisar publicações em periódicos acadêmicos acerca da Reforma do Ensino Médio e o Ensino de Sociologia. Nesse sentido, fez-se uma breve caracterização da presença da disciplina escolar em tela através dos tempos e fez-se uma discussão acerca do EM brasileiro, sobretudo após a redemocratização, focando no detalhamento da Reforma de 2017.

Sobre a análise dos trabalhos, identificou-se um número significativo de produções (89), sendo que a maioria tem apenas uma autoria, os quais tem vínculo com instituições de ensino do sudeste. Os trabalhos estão dispostos de forma pulverizada em inúmeras revistas, havendo poucos dossiês sobre o tema, pensando, sobretudo, o campo da Sociologia. A maior parte dos trabalhos foi publicada após 2020, três anos após a publicação da lei que deu início à reforma, sendo que esses (11/89) versam sobre as implicações curriculares da reforma, lançando mão do uso de documentos para as análises (40/89). Sobre os principais resultados, percebe-se uma grande crítica à reforma nos trabalhos.

Evidente que isso não ocorre apenas com a Sociologia, que foi relegada apenas à "estudos e práticas". Em propostas anteriores, o EM era, em linhas gerais, organizado mediante 12 disciplinas que eram cursadas ao longo dos três anos da etapa. Com a reforma, houve uma nova hierarquização de disciplinas, agora vinculadas com áreas de conhecimento. Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Matemática passaram a ser reconhecidas como centrais e disciplinas como Artes, Filosofia e Sociologia, destacada como objeto de estudo deste TCL, se tornaram periféricas no panteão dos conhecimentos escolares.

Além disso, nas investigações, discute-se muito o potencial que a disciplina tem para o desenvolvimento de uma formação crítica na juventude e os sentidos formativos em disputa neste momento, em que demandas do mercado de trabalho tem se imposto em detrimento de uma formação mais ampla e de qualidade dos estudantes desta etapa da educação básica.

Em suma, todas as circunstâncias que caracterizam o tema (uma disciplina marginalizada na mais recente reforma do ensino médio, patrocinada por um governo de direita que chegou ao poder por meio de um processo de *impeachment* de um governo de esquerda) dão um caráter de tonalidade política.

Para além desse aspecto, vale destacar que as próprias chances de empregabilidade da categoria docente se tornaram limitadas. Conforme achados comunicados recentemente pelo Observatório do Ensino Médio da UFPR, liderado por uma autora citada neste texto, Mônica Ribeiro da Silva, percebe-se que, com a mudança, os professores do EM tem ministrado mais aulas, de disciplinas que, muitas vezes, não possuem correlação com seu escopo de formação, e em um número maior de escolas. Ou seja, há uma maior degradação e precarização do trabalho docente, havendo, nesse sentido, maior mobilização desses agentes na denúncia acerca da redução da carga horária da disciplina no EM ou mesmo de sua oferta. Por extensão, a própria valorização profissional foi prejudicada com todo o processo.

Esta pesquisa, portanto, contribuiu para levantar alguns questionamentos: qual é o lugar ocupado pelo ensino de sociologia no campo acadêmico da sociologia? Esse é um tema “novo”, apenas por causa da obrigatoriedade no EM? Ou é um tema “inferiorizado/marginalizado” por conta das hierarquias entre ensino e pesquisa? Ou é um "subcampo" da Sociologia?

A respeito dos limites deste trabalho, reforço, sobretudo que esse foi baseado na análise dos resumos dos artigos para a seleção inicial dos textos a serem estudados em detalhe. Para trabalhos futuros, além de um interesse na caracterização da reforma no contexto local, na busca das percepções dos docentes e estudantes, a leitura completa de todos os estudos identificados precisa ser realizada.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, P. T. de A.; SILVA, S. A. da; JUCÁ, S. C. S. O percurso histórico do ensino médio brasileiro (1837-2017). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 17, n. 39, 2022.

AZEVEDO, G. C. de. O ensino de Sociologia e a reintrodução da disciplina no Ensino Médio. In: BRUNETTA, A. A.; BODART, C. das N.; CIGALES, M. P. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BODART, C. das N.; CIGALES, M. P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. **Revista de Ciências Sociais**, v.48, n. 2, 2017.

BODART, C. das N.; PEREIRA, T. I. Breve balanço do subcampo “ensino de Ciências Sociais” no Brasil e o papel da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais - ABECS. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2017.

BODART, C. das N.; TAVARES, C. dos S. Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações. **Cadernos de Educação**, n. 64, 2020.

BODART, C. das N.; AZEVEDO, G. C.; TAVARES, C. dos S. Ensino de Sociologia: Processo de reintrodução no Ensino Médio e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). **Debates em Educação**, v. 12, n. 27, 2020.

BODART; C. das N.; FEIJÓ, F. As ciências sociais no currículo do Ensino Médio Brasileiro. **Revista Espaço do Currículo**, v.13, n.2, 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25.mar.2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 mai.2024.

CIGALES, M.; GREINERT, D. O debate sobre o currículo de Ciências Sociais: da Lei 11.684/2008 à BNCC/2018. **Revista. Espaço do Currículo**, v.13, n.2, 2020.

DURKEIM, E. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

ENGERROFF, A. M. B. Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia: Um estado da arte no campo acadêmico brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática de Literatura: Conceituação, produção e publicação. **Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUSMÃO, F. A. F.; AMORIM, S. S. O percurso histórico do ensino médio no Brasil: uma reflexão sobre as políticas públicas de avaliação educacional. **Horizontes**, n. 38, v. 1, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2021>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

MAÇAIRA, J. P. O ensino de Sociologia e o Livro Didático. In: BRUNETTA, A. A.; BODART, C. das N.; CIGALES, M. P. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

MALANCHEN, J.; SANTOS, S. A. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a base nacional

curricular comum e a pedagogia das competências. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 20, 2020.

MENEZES, L. C. de Ensino Médio – etapa conclusiva de uma educação em crise. **Estudos avançados**, n. 32, v. 94, 2018.

MESQUITA, S. S. de A; LELIS, I. A. O. M. Cenários do Ensino Médio no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.23, n. 89, p. 821-842, out./dez. 2015.

MEUCCI, S. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MUNAKATA, K. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**, v. 20, n. 50, 2016.

NASCIMENTO, M. N. M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Publicatio UEPG**, v. 15, n. 1, 2007.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. O Ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Revista Temas em Educação**, v. 28, n.2, 2019.

REIS, B. P. W. Políticas públicas. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://trabalhodocente.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=326>>. Acesso em: 19 maio 2015.

SANTA CATARINA. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense - Caderno 1 - Disposições Gerais. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2069-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-1/file>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SANTOS, R. R. Breve histórico do ensino médio no Brasil. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, F. L. G. R. da; MARTINI, T. A.; POSSAMAI, T. A reforma do Ensino Médio em Santa Catarina: Um percurso atravessado pelos interesses do empresariado. **Trabalho necessário**, v. 19, n. 39, 2021.

SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empeirado discurso. **Educação em Revista**, v.34, 2018.

SILVA, M. R. da. O Ensino Médio como campo de disputas: interfaces entre políticas educacionais e movimentos sociais. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2-Ensino-M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

SILVA, M. R. da; ARAÚJO, R. M. L. de. Educação na contramão da democracia - A reforma do Ensino Médio no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, n. 19, v. 39, 2021.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, 2017.

SOARES, D. G. O ensino de Sociologia e a pesquisa nos livros didáticos. BRUNETTA, A. A.; BODART, C. das N.; CIGALES, M. P. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, N. **S Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política Educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.

APÊNDICE A

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
1.	Sociologia Pública e o ensino de sociologia: reflexões sobre o contexto pós-reforma do Ensino Médio	Rodrigo da Costa Lima	Sul	Revista Brasileira do Ensino Médio	2020	Compreender a reforma do ensino médio e suas implicações na estrutura curricular, após a promulgação da Lei 13.415/2017.	Pesquisa exploratória Pesquisa com documentos	Fragmentação e diminuição do ensino de sociologia no currículo, após a reforma do Ensino Médio, que se articula ao projeto neoliberal dominante na educação brasileira, num cenário ainda inconcluso de implementação do novo Ensino Médio.	https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/29/a-sociologia-no-ensino-medio-uma-analise-historica-de-suas-idas-e-vindas-no-curriculo-escolar-brasileiro
2.	O Ensino e a docência de Sociologia sob o cenário da Reforma do Ensino Médio	Bárbara Nassif Machala Maurício Sousa Matos	Sudeste	CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais	2019	Verificar em que medida o ensino da Sociologia e a contratação de professores licenciados na área poderão ser impactados pela Reforma do Ensino Médio promovida pela Lei nº 13.415/2017.	Pesquisa com documentos	Reiterar a importância da presença da Sociologia no Ensino Médio. A Reforma do Ensino Médio não resolve os fatores que identificamos como negativos na contratação de professores habilitados em Sociologia e no ensino de Sociologia, mas, ao contrário, intensifica-os.	https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17491/14727
3.	A Reforma do Ensino Médio e suas consequências : O que pensam os	Amurabi Oliveira Willian Binsfeld Tayná Trindade	Sul	Revista Espaço do Currículo	2018	Analisar como os professores de Sociologia avaliam a Reforma do Ensino Médio.	Pesquisa com sujeitos (entrevistas)	Observa-se a existência de uma ampla crítica à Reforma, e de uma preocupação	https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v2n11.36073

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
.	professores de Sociologia?							mais ampla acerca da formação dos jovens no Ensino Médio, na qual o ensino de Sociologia seria um elemento fundamental para a garantia de uma formação crítica, de tal modo que a perda da obrigatoriedade desta disciplina é avaliada como um retrocesso por parte destes docentes.	
4.	Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017): Retrocesso no Ensino Médio Propedêutico e Técnico-Profissionalizante	Italan Carneiro	Nordeste	Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica	2020	Abordar a recente reforma do Ensino Médio iniciada através da Medida Provisória 746/2016	Pesquisa com documentos	A iniciativa apresenta um discurso oficial voltado à “modernização” do currículo do Ensino Médio, objetivando a redução (ou exclusão) de disciplinas que foram consideradas “desinteressantes” e/ou “inúteis”, tais quais educação física, arte, geografia, história, sociologia e filosofia. Desse modo, confirmou-se	https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEP/article/view/8121

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								uma proposta tecnicista voltada à flexibilização e precarização da formação ofertada ao longo do Ensino Médio.	
5.	Reforma do Ensino Médio e Educação Remota: O que pensam os(as) estudantes do Distrito Federal?	Marcelo Pinheiro Cigales Doralice Pereira de Assis Lucas Sales de Figueredo Guilherme Henrique Cruz Quevedo	Centro oeste	Norus - Novos Rumos Sociológicos	2020	Compreender a percepção dos estudantes do ensino médio da rede pública do Distrito Federal (DF) sobre a Reforma do Ensino Médio e o ensino remoto implementado a partir do distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19.	Pesquisa com sujeitos (questionários)	Entre os resultados da pesquisa, destacam-se: a) a percepção dos respondentes de que o novo currículo é mais atrativo ao diversificar a oferta de ensino; b) a dificuldade de aprendizagem dos(as) estudantes no que se refere ao ensino remoto; e c) a indefinição pela escolha do Itinerário Formativo na parte diversificada do novo currículo.	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/20024
6.	“Reforma” do Ensino Médio: Discussões iniciais sobre a Lei nº 13.415/2017	Júlio Henrique Cunha Neto Marilene Ribeiro Resende	Sudeste	Revista Profissão Docente Online	2017	Analisar as mudanças na LDB, instauradas pela Lei nº 13.415/2017, fundamentadas na pedagogia histórico-crítica, a fim de compreender	Pesquisa com documentos	Verificam-se as contradições constantes na Lei nº 13.415/2017 que altera a Lei nº 9.394/96, visto que pressupõe a necessidade de maior	https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1118

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						os impactos que essas alterações poderão causar ao referido nível escolar.		investimento financeiro para execução de sua proposta, num cenário que a economia do país está em crise, e prevê a formação integral do aluno, mas não deixa claro a obrigatoriedade das disciplinas artes, filosofia e sociologia. Além disso, rompe com os estudos sobre o ensino médio que estavam sendo realizados, com o propósito de dar celeridade ao processo reformador, de natureza complexa, desse nível escolar.	
7.	“Empreender para alcançar o mundo”?! A Reforma do Ensino Médio e o Ensino Técnico Integral	Maria Clara Pereira dos Santos	Sudeste	Revista Sociologias Plurais	2022	Realizar análise acerca da reforma do Ensino Médio Técnico Integral, em especial a implementação do curso de empreendedorismo, sob o olhar dos discentes de uma escola estadual do Estado do Rio	Pesquisa com documentos, sujeitos (entrevistas), espaços (observação participante).	Constatou-se as influências da internalização do neoliberalismo na formação dos discentes com base nos estudos de Dardot e Laval (2016). Assim, este estudo se insere no campo da Sociologia da	https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/viewFile/87015/46737

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						de Janeiro, sendo, portanto, um estudo de caso.		Educação e visa contribuir para uma reflexão sobre os desafios do Ensino Médio, no que se refere à sua intencionalidade, se tecnicista ou propedêutica, no contexto do mundo do trabalho e as dominações de classe.	
8.	A contingência da disciplina de Sociologia em cenário de reformas	Brena Kécia Andrade de Oliveira Meyre-Ester Barbosa de Oliveira Joana Elisa Röwer	Nordeste	Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar	2020	Examinar os aspectos que motivaram a destituição da disciplina de Sociologia na Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na perspectiva de se compreender os interesses e as relações de poder em cena no âmbito educacional.	Pesquisa com documentos	Considera-se que a disciplina de Sociologia foi deslegitimada por não favorecer os sentidos de qualidade que foram hegemônicos nas políticas curriculares. Além disso, o componente possui um direcionamento de trabalho que confronta os interesses de mercado e a legitimidade de ordens hierárquicas e conservadoras.	https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1704
9.	O Ensino de Sociologia no Brasil: Um balanço dos avanços	Amurabi Oliveira Marcelo Pinheiro Cigales	Sul	Revista Temas em Educação	2019	Descrever os avanços ocorridos no âmbito do ensino de	Pesquisa com documentos	Descreve-se os avanços ocorridos no âmbito do ensino de	https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
.	galgados entre 2008 e 2017					sociologia entre 2008 e 2017.		sociologia entre 2008 e 2017, período de sua obrigatoriedade, a partir de três aspectos: a) o debate intelectual; b) a formação de professores; c) a produção de livros didáticos. Os resultados apontam para o fortalecimento da sociologia nesse nível de ensino, ainda que a Reforma do ensino médio seja um empecilho para sua efetiva consolidação.	
10.	Os 10 anos da Sociologia no ensino médio no Brasil: considerações sobre a formação de professores de Ciências Sociais na UFSM	Ceres Karam Brum	Sul	Política & Sociedade	2019	Efetuar um balanço da formação de professores de Ciências Sociais no Brasil, iniciado com a promulgação de lei da Lei no 11.684/ 2008 (que tornou obrigatório o ensino de Sociologia e da Filosofia no ensino médio), que se finaliza com a reforma do ensino médio e a Base Nacional delineada na	Pesquisa com sujeitos e documentos	Propõe-se algumas ações reflexivas para os tempos que se anunciam, efetuando uma recuperação do conceito antropológico de educação, para colocá-lo em ação e, a serviço da formação de licenciados em Ciências Sociais no Brasil, para, como conclusão, expressar novas vias de acesso às	https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n41p187

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						Lei no 13.415/2017.		Ciências Sociais na escola.	
11.	A dor e a delícia de lecionar sociologia no ensino médio: a experiência de professoras e de professores da rede pública de Juiz de Fora	Paulo Fraga	Sudeste	Teoria e Cultura	2017	Compreender os desafios e as perspectivas do ensino de sociologia na rede pública de Juiz de Fora, a partir da experiência social de um dos principais atores envolvidos nesta tarefa: os professores.	Pesquisa com sujeitos (entrevistas)	Percebe-se, dentre outras questões, que apesar de trabalhadores efetivos e designados apresentaram preocupações específicas decorrentes das suas condições de trabalho, algumas questões convergem em ambos os grupos, tais como: a baixa carga horária gera uma série de limitações para o ensino da disciplina, a crítica ao modelo de organização escolar e à reforma do ensino médio, desaprovada pelos entrevistados tanto pela forma de implementação, quanto pelo seu conteúdo.	https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12356
12.	Raça, etnia e multiculturalismo: o ensino de sociologia por meio do	Ludmila Fernandes de Freitas	Sudeste	Perspectivas em diálogo: Revista de Educação e Sociedade	2022	Apresentar e discutir o uso do recurso digital podcast como prática	Pesquisa com sujeitos (entrevistas)	Os resultados obtidos tem por relevância aventar a hipótese de que	https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/16524

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
.	recurso digital podcast					de ensino de Sociologia.		os usos de recursos digitais em ambientes remotos não dispensam o contato presencial, uma vez que este possibilita uma efetiva construção da relação entre aluno e disciplina.	
13.	Ensino de Sociologia e Cultura Escolar	Marcelo Rodrigues Conceição Diego Montanini Cardeal	Sudeste	Revista TOMO	2017	Analisar sobre o lugar que o ensino de sociologia tem ocupado em relação às demais disciplinas do ensino médio, após seu retorno como disciplina obrigatória, em 2008, e a reforma do ensino médio em 2017.	Pesquisa com documentos e sujeitos	Foi possível constatar que a sociologia ainda não conseguiu ser incorporada à cultura escolar de maneira semelhante às demais disciplinas, o que impede que seja vista como importante para a formação dos estudantes.	https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/7655
14.	Os Sentidos da Escolarização para Estudantes do Ensino Médio em Tempo Integral no Ceará: Experiência de Pesquisa do Programa PIBIC/EM	Francisco Willams Ribeiro Lopes	Nordeste	Mediações - Revista de Ciências Sociais	2024	Apresentar os sentidos da escolarização para jovens cearenses matriculados em uma escola de tempo integral no primeiro ano de implementação da Reforma do Ensino Médio.	Pesquisa com sujeitos (grupo focal e survey).	Os resultados mostram que o sentido da escolarização está relacionado à expectativa do que a conclusão do ensino médio pode proporcionar, seja um emprego futuro ou o ingresso	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/48898

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								na universidade; a sociabilidade com outros jovens é um forte fator para garantir a permanência dos estudantes na escola; e a vivência nas instituições educacionais de ensino integral não está isenta de contrariedades, mesmo entre aqueles estudantes que se consideram adaptados à nova jornada escolar.	
15.	(Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil	Francisco Willams Ribeiro Lopes	Nordeste	Revista de Ciências Sociais	2021	Analisar as políticas curriculares no Brasil no contexto de produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas implicações sobre os componentes disciplinares considerados não obrigatórios e não prioritários, após a promulgação da Lei da Reforma do	Pesquisa com documentos	Tomando por base a disciplina Sociologia, foi possível constatar descontinuidades no processo de elaboração do documento oficial e alterações nos sentidos dados à etapa do Ensino Médio e ao ensino de Sociologia a partir da ascensão de segmentos políticos que defendem uma agenda liberal.	http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/59993

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						Ensino Médio de 2017.		A constatação se deu a partir da análise crítica, ora tomando como referência a forma, ora os conteúdos, das diretrizes apresentadas nas três versões curriculares da BNCC, dos pareceres de especialistas e das conexões com as dimensões política, econômica e educacional.	
16.	Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola	Luciano Nascimento Corsino Dirce Djanira Pacheco e Zan	Sul	Educar em Revista	2020	Evidenciar como a presença da cultura negra no currículo escolar de uma instituição de Ensino Médio, junto a outras políticas de valorização e reconhecimento dessa cultura, pode ter contribuído para a articulação dessas jovens na decisão sobre o movimento.	Pesquisa com espaços (etnografia) e sujeitos (entrevistas).	No movimento de ocupação, ocorrido no final de 2015, percebe-se que apesar das dificuldades, como perseguições à docentes e estudantes que participaram e apoiaram o movimento, o processo de ocupação contribuiu para a constituição de saberes fundamentais para a construção de um pensamento democrático,	https://www.scielo.br/j/er/a/9NmV5jrHjtRm7YvNRJBdy/

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								antirracista e feminista na instituição.	
17.	Os problemas atuais no ensino de Sociologia na rede pública de educação presentes em artigos acadêmicos da área de Sociologia (2019-2021)	Carolainy Jordão Alves	Sul	Áskesis	2022	Apresentar as discussões acerca dos problemas do ensino público presentes na produção acadêmica da área da Sociologia e Ciências Sociais a fim de verificar em que medida os intelectuais e pesquisadores que atuam nessa área têm apresentado e discutido esse tema.	Pesquisa com documentos	Demonstra a necessidade de maior debate e contribui para a ampliação da discussão nos meios acadêmicos, a fim de colaborar com a permanência da Sociologia no dia a dia escolar.	https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/804
18.	Análise dos desempenhos de candidatos do Enem em questões de Sociologia	Ozaias Antonio Batista	Nordeste	E-Mosaicos	2021	Analisar as sete primeiras questões de sociologia do caderno amarelo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2013	Pesquisa com documentos	Acompanha essa análise reflexões em torno dos erros e dificuldades de aprendizagem relacionados com os conteúdos disciplinares da sociologia no nível médio. A análise dos desempenhos dos candidatos e das questões de sociologia do ENEM fortalece a área de pesquisa referente ao ensino de	https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/55041

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								sociologia, extrapolando o espaço da universidade ao contribuir com o fomento de materiais didáticos e práticas educativas que viabilizem um melhor rendimento escolar em se tratando da sociologia no nível médio. Tudo isso cooperando para permanência desta disciplina no currículo da escola média, sobretudo diante da atual Reforma do Ensino Médio que secundarizou a sociologia em sua constituição curricular.	
19.	Representatividade de mulheres negras na política: um jogo didático elaborado para as aulas de sociologia	Franciele Brito Barbosa Elis Cristina Fiamengue	Nordeste	Revista BOEM	2023	Apresentar o produto educacional Representatividade na Política originado do produto educacional de um mestrado profissional em educação.	Análise de documentos	O jogo foi elaborado com o intuito de ser aplicado nas aulas de sociologia com estudantes do ensino médio e encontra-se apoiado na educação orientada pelas leis nº	https://revistas.udesc.br/index.php/boem/article/download/24871/16513/103206

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								10.639/2003 e 11.645/2008. A ideia inicial de construção do jogo, entre outros motivos, foi de produzir um material didático com a discussão das relações étnico-raciais e o ensino de sociologia. Por meio dele, busca-se oferecer ferramentas que possam ser utilizadas como brechas para atuar no contexto da atual Reforma do Ensino Médio, regulada pela lei federal nº 13.415/2017, em que as áreas do conhecimento vêm perdendo o seu teor científico e crítico.	
20.	O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018)	Ileizi Luciana Fiorelli Silva Henrique Fernandes Alves Neto	Sul	Revista Espaço do Currículo	2020	Analisar o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entre 2014 e 2018 no Brasil.	Pesquisa com documentos	A análise indicou que a Sociologia presente nas quatro propostas foi capturada pelo discurso pedagógico hegemônico e predominante	https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								em cada debate. O discurso pedagógico ainda está codificado pelos persistentes embates dos princípios que organizam os currículos em torno dos componentes curriculares (disciplinas) ou do modelo das competências e habilidades.	
21.	A intermitência (e golpes) da (na) disciplina de Sociologia na educação escolar básica como sintoma de proposta da nova política educacional brasileira	Alexandre de Castro	Centro oeste	Interfaces da educação	2019	Abordar historicamente a presença da Sociologia como disciplina regular no ensino brasileiro percebe-se que a partir da publicação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, representou novo ataque e cerceamento de sua presença nos currículos, até mesmo a possibilidade da Sociologia deixar de ser ministrada no Ensino Médio brasileiro.	Pesquisa com documentos	Numa revisão bibliográfica no sentido de aprofundarmos nossa argumentação ficou claro que a reforma do Ensino Médio em marcha hoje no Brasil faz parte de um projeto educacional que não limita seus objetivos a um currículo destinado a promover competências e conhecimentos essenciais. Seus verdadeiros objetivos estão direcionados ao ensino como um todo, no	https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/2906

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								sentido de atender políticas educacionais voltadas ao interesse econômico em detrimento de uma educação pública de qualidade e emancipadora, projeto este colocado em marcha no contexto do programa neoliberal mundial que tem seu início nos anos 1980. Confirma nossa argumentação a aquisição de vários institutos educacionais pela empresa conhecida como Kroton, realizando negócios de bilhões de reais na transação no âmbito da educação superior e básica.	
22.	O futuro da sociologia na escola brasileira	Amurabi Oliveira Diego Greinert	Sul	Enseñanza de las Ciencias Sociales	2020	Examinar o lugar da Sociologia no Ensino Médio no contexto da BNCC, considerando as diferentes versões que esta política	Pesquisa com documentos	Podemos observar uma diminuição do espaço da Sociologia no Ensino Médio, marcada pela perda da sua obrigatoriedade, assim como	https://raco.cat/index.php/EnsenanzaCS/article/view/384360

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						educacional teve no período entre 2015 e 2018.		outras áreas das Ciências Sociais. A proposta da BNCC desloca para os estados o papel de decidir que disciplinas escolares devem ser obrigatórias e que conteúdos devem ser lecionados, o que ocorre num contexto sociopolítico de inflexão democrática no Brasil.	
23.	A disciplina de Sociologia no Ensino Médio: A visão dos estudantes do sertão alagoano	Maria Lenilda Caetano França Paulo Sergio Marchelli	Sul	Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp	2018	Investigar as percepções de estudantes do 3o ano do Ensino Médio matriculados em escolas públicas do município de Delmiro Gouveia, situado no sertão do Estado de Alagoas, sobre a disciplina Sociologia.	Pesquisa com sujeitos (entrevistas)	Posteriormente, graças à mobilização dos estudantes, entre outros direitos conquistados em relação à sua formação, a Sociologia voltou a ser conteúdo obrigatório do currículo do Ensino Médio.	https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545
24.	Editorial	Olivia Morais Medeiros Neta	Nordeste	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica	2017	Reunir artigos que versam sobre a referida medida provisória, conhecida como "Reforma do Ensino	---	---	https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6692

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						Médio" no intuito de problematizar sobre congruências e incongruências no que concerne a Educação Profissional, seus fundamentos e a formação de professores.			
25.	O exercício da docência em um contexto de reformas educacionais: um caminho para o controle sobre o trabalho docente?	Maria Aparecida Alves	Sudeste	Revista Educação e Emancipação	2022	Analisar a interface entre as recentes reformas educacionais e o trabalho docente, bem como suas implicações sobre a formação de professores da educação básica.	Pesquisa com documentos	Dentre os principais resultados da análise, observou-se que estas reformas têm levado à desvalorização do saber docente e do trabalho intelectual, ao esvaziamento da formação de professores, à redução de trabalhadores qualificados e à precarização do trabalho docente. Este trabalho se baseia no referencial teórico e metodológico do materialismo histórico-dialético e apoia-se nas áreas da Sociologia da	https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/20558

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								Educação e do Trabalho.	
26.	A reforma do Estado e o avanço neoconservador: impactos no caráter público da educação	Leonardo Dorneles Gonçalves Vinícius Ramos Puccinelli	Sul	Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação - PPGE	2017	Abordar as mudanças na educação sob a égide da reforma do Estado e o avanço neoconservador sobre os direitos sociais. Explicitar as contradições que se movem no interior dessas mudanças e analisar as consequências à classe trabalhadora brasileira é o objetivo do trabalho	Pesquisa com documentos	Com base no estudo, é possível dizer que se configura no cenário político brasileiro pós-golpe uma reforma do Estado a qual pretende estreitar a progressão dos direitos sociais e garantir o caráter subordinativo da economia e educação nacional aos interesses do capital. Por isso a educação de nível médio, seja do campo ou da cidade, tem importância central para os reformadores.	https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4013
27.	Em defesa das humanidades na formação: a educação democrática das futuras gerações	Altair Alberto Fávero Elisete Medianeira Tomazetti	Sul	Revista Educação Unisinos	2021	Sistematizar algumas reflexões sobre a relação entre educação e sociedade democrática tendo por base o pensamento de Martha Nussbaum (2017; 2005) e Gert Biesta (2013).	Pesquisa com documentos	O texto analisa brevemente a reforma do ensino médio brasileiro, produzida por Medida Provisória no ano de 2016 e incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de	https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/23168

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								dezembro de 1996) em 2017; tal reforma enfraquece componentes curriculares como filosofia e sociologia de forma específica e as humanidades de forma geral.	
28.	Reflexões de uma professora de sociologia antes de entrar em sala de aula	Raquel Balmant Emerique	Sudeste	Interseções: Revista De Estudos Interdisciplinares,	2012	Abordar as reflexões que orientaram a elaboração do curso de sociologia no âmbito de um programa, em fase de produção, voltado para a democratização do acesso ao ensino superior.	---	Em notas conclusivas, abordo aspectos da interdisciplinaridade proposta pela reforma curricular relacionados ao ensino da sociologia escolar e deixo algumas provocações sobre o papel cultural das ciências sociais na escola e na vida dos alunos.	https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/5775
29.	Editorial	José Yvan Pereira Leite Francisco das Chagas Silva Souza Jean Mac Cole Tavares Santos	Nordeste	HOLOS	2017	Apresentar dezessete artigos, um deles na forma de resenha, os quais abordam como tema central o ensino médio, que é um dos alicerces para a construção de uma sociedade educada.	---	---	https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6269

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
30.	Ensino de sociologia através do uso da entrevista: Problematizações da precarização do trabalho no contexto da reforma trabalhista	Patrícia Marília Félix da Silva	Nordeste	Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa	2021	Apresentar o fruto de uma intervenção numa turma de Sociologia do Ensino Médio, que deu continuidade ao tema "Tecnologia, Trabalho e Mudanças Sociais" através da discussão da precarização, flexibilidade, terceirização e principais mudanças atuais na dinâmica do trabalho atreladas ao contexto neoliberal, relacionadas às atuais mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tomando como exemplo férias, jornada, tempo na empresa, remuneração, trabalho intermitente, gravidez e terceirização.	Pesquisa com sujeitos (entrevistas)	Os/as alunos/as relacionaram os resultados da entrevista com o conteúdo estudado, pela produção de escritos sobre os aprendizados, os quais foram colados num papel maior e lidos na sala, com reflexões após a leitura de cada um. Essa intervenção, ao permitir o contato dos/as alunos/as com trabalhadores através da entrevista, bem como a discussão dos resultados, possibilitou que esses/as atribuíssem maior significado à Sociologia em seus estudos.	https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/63
31.	A formação de professores de Sociologia no Brasil:	Leandro Raizer Célia Elizabete	Sul	Em Aberto	2021	Trata o tema da adequada formação dos professores do ensino médio	Pesquisa com documentos	Entre os achados da pesquisa, destacam-se o desafio para	https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4837

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
	avanços e desafios	Caregnato Thiago Ingrassia Pereira				no contexto da reforma educacional delimitada a partir de três normatizações legais: a Lei no 13.415/2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM).		melhorar indicadores da adequação docente, a atual oferta de formação e as novas demandas trazidas pela legislação do novo ensino médio e pela BNCC. Para tanto, valoriza-se a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) e seu impacto na qualificação da educação básica no Brasil.	
32.	Breve histórico do desenvolvimento do ensino de sociologia no Brasil	Fernanda Feijó	Sudeste	PerCursos	2012	Analisar as diferentes conjunturas nas quais a Sociologia esteve presente ou ausente do currículo do ensino secundário/segundo grau/médio, acompanhado dos impactos que as diversas reformas de ensino tiveram sobre a educação nacional.	Pesquisa com documentos	Acompanhado dos impactos que as diversas reformas de ensino tiveram sobre a educação nacional, é possível compreender da sua situação tanto no país como um todo, quanto em alguns estados da federação. Concomitantemente, considero imprescindível analisar quais os objetivos que permearam o	https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2508

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								desenvolvimento do ensino de Sociologia ao longo da sua trajetória no ensino básico, demonstrando que cada momento histórico de sua presença no currículo esteve atrelado às questões com as quais as ciências sociais se mobilizaram dentro e fora do campo científico.	
33.	As ocupações das escolas públicas e a defesa da Sociologia no Ensino Médio	Carolina Simões Pacheco Kamille Brescansin Mattar	Sul	Revista Sociologias Plurais	2018	Propor uma reflexão, através da ênfase no movimento das ocupações, sobre a forma como os estudantes estão vivenciando e compreendendo as discussões sobre educação. Disso, surge o objetivo específico em debater qual é a finalidade potencial que a disciplina de Sociologia assume nesse processo, tanto a partir da	Pesquisa com documentos	A hipótese aqui defendida é que essa experiência é negativa, e a retirada da obrigatoriedade da Sociologia reforça este processo. Por isso, a pergunta que nos norteia durante todo o trabalho é qual é a finalidade que a Sociologia pode e deve assumir neste contexto.	https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/62858

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						perspectiva legislativa e histórica quanto da narrativa dos próprios estudantes dentro das ocupações.			
34.	Que filosofia para o ensino médio?	Carlos Roberto Paiva	Sudeste	Cadernos de Pós-graduação	2009	Investigar o que está sendo ensinado de Filosofia no Ensino Médio.	Pesquisa com documentos e sujeitos (entrevistas)	Propõe-se um ensino de Filosofia com base nas idéias de contra-hegemonia (A.Gramsci) e de professores como intelectuais transformadores (H. Giroux).	https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/1918
35.	A Sociologia como disciplina escolar no Brasil: uma leitura a partir das reformas educacionais	Roberta dos Reis Neuhold	Sul	Pedagogia y Saberes [online]	2023	Recuperar alguns marcos legais do processo de inclusão e exclusão da Sociologia no ensino médio brasileiro para analisar sua história enquanto disciplina escolar.	Pesquisa com documentos	Faz-se a periodização da Sociologia no currículo, desde 1890 até 2017.	http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-24942023000200155&lng=es&nrm=iso&tlng=pt
36.	Editorial	José Yvan Pereira Leite	Nordeste	HOLOS	2012	Apresentar uma nova edição com temas pertinentes à engenharia e ao ensino, num total de 24 contribuições, dentre as quais se contam seis	---	---	https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/939

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						no campo da engenharia e 17 na área de ensino, além de um estudo sobre ações sociais para a terceira idade.			
37.	Desafiando a passividade na educação: desconstruindo a formação espetacular em um mundo em constante mudança	Elaine Conte Amarildo Luiz Trevisan	Sul	EccoS – Revista Científica	2023	Apresentar a publicação recente do livro “Formação espetacular!: educação em tempos de Base Nacional Comum Curricular” (2022), de autoria de André Cechinel e Rafael Rodrigo Mueller.	---	---	https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/24174
38.	De Benjamin Constant à Lei 11.684/08: Uma breve trajetória das tentativas de inclusão da disciplina sociologia no currículo da escola brasileira	Gabriel Seretti Zanardi	Sudeste	Revista Sociologias Plurais	2013	Comparar, delinear a situação da disciplina Sociologia no currículo do Ensino Médio durante as diferentes reformas educacionais implantadas no país desde os seus primórdios até os dias atuais, com a aprovação da Lei 11.684 de 2008	Pesquisa com documentos	---	https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/download/64736/37662
39.	É possível ensinar	Pedro Henrique	Sudeste	Revista Ambiente:	2017	Mostrar que os professores de	Pesquisa com	Após décadas de debates, de	https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/110

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
	filosofia? Os desafios e as conquistas na escola contemporânea	Ciucci da Silva		Gestão e Desenvolvimento		filosofia vivem atualmente, no Brasil, uma situação bastante desafiadora.	documentos	manifestações, congressos acadêmicos e de lutas parlamentares, hoje a legislação define a filosofia, bem como a sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Não foi fácil chegar a essa situação: após a retirada da disciplina dos currículos com a reforma tecnicista de 1971, os departamentos de filosofia das universidades brasileiras empreenderam um movimento de crítica de sua retirada e de defesa de seu retorno. Este movimento teve um êxito parcial quando, em meados dos anos 1980, foi aprovada a inclusão da disciplina como opcional, na parte diversificada do	

N. .	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								<p>currículo. Osecos desse movimento fizeram-se presentes nos debates para a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), após a promulgação da Constituição de 1988, e o projeto aprovado na Câmara previa Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias. O resultado de todo esse processo e essa história é que entre nós se desenvolveu muito pouco o campo de estudos e pesquisas em torno de uma didática da Filosofia. Adiferença de países como França, Itália, Portugal, Uruguai e Argentina, por exemplo, no Brasil temos pouquíssimas pesquisas,</p>	

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								<p>produção quase nula e nenhuma tradição neste campo. A formação do professor de Filosofia, quando se dá, acontece por esforço e mérito de professores universitários de disciplinas como metodologia do ensino de Filosofia e ou Prática de Ensino em Filosofia e ou estágio supervisionado, isolados nas instituições em que atuam. O problema é que o ensino da Filosofia na educação média tem suas especificidades e não pode ser simplesmente a transposição do ensino universitário simplificado ou diminuído.</p>	
40.	Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da	Moacir Fernando Viegas	Sul	Educação e Pesquisa	2022	Descrever, analisar e explicar as propriedades e características da intensificação e	Pesquisa com sujeitos (questionários, entrevistas e grupos	O estudo revela que as docentes e os docentes dos municípios abrangidos estão	https://www.scielo.br/ep/a/7Jx7mQXpBGZp5CLgcW94WHy/#

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
.	educação básica					da sobrecarga de trabalho de professoras e professores da educação básica de 18 municípios da região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, nos anos de 2018 e 2019.	de discussão)	envolvidos permanentemente com o trabalho, em jornadas intensas e de sobrecarga que exigem uma constante dedicação ao trabalho, estendendo-se a jornada ao espaço doméstico e produzindo condições que frequentemente levam ao adoecimento.	
41.	Editorial	Fernando Mezdri João Gabriel Vieira Bordin	Sul	Em Tese	2016	Apresentar artigos do dossiê.	---	---	https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2016v13n1p1
42.	Desafios da integração curricular: a prática interdisciplinar nos espaços dos seminários integrados	Tábata Valesca Corrêa Luís Armando Gandin	Sul	Revista Teias	2019	Apresentar uma discussão sobre os desafios da integração curricular no contexto do Ensino Médio Politécnico, tendo como foco a prática interdisciplinar e os espaços dos Seminários Integrados.	Pesquisa com espaços (observações) e sujeitos (entrevistas e questionários)	Os Seminários Integrados eram o espaço no qual deveria ter havido a integração das áreas do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar. No entanto, a pesquisa evidencia diversos obstáculos para a concretização da integração curricular, entre os quais destacamos a	https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/45277

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								formação docente, as lacunas na própria proposta curricular e a disciplinarização dos Seminários Integrados.	
43.	Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre "público" nas Declarações da CRES-2008 e CRES-2018	Mário Luiz Neves de Azevedo	Sul	Revista Eletrônica de Educação	2019	Analisar a chamada teoria do capital humano e precisar o conceito de bem público, bem como a frequência da expressão "público" nas Declarações aprovadas nas Conferências Regionais de Educação Superior na América Latina e Caribe, em 2008 e 2018.	Pesquisa com documentos	---	https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3591
44.	Política estadual de formação das competências cívicas e sociais dos estudantes em condições de reforma educacional	Valentyna Sahuichenko Shynkarenko Vyacheslav Ivan Bezena Perederii Olha Martynenko Olha	---	Educação & Formação	2020	Enfatizar a relevância da formação das competências cívicas e sociais dos estudantes durante a reforma das instituições de ensino, de acordo com o conceito da Nova Escola Ucraniana, com a capacidade de	---	---	https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/3080

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						apreciar a diversidade cultural de diferentes povos e se identificar como cidadãos da Ucrânia, contribuindo à educação do patriota ucraniano.			
45.	In Memoriam: Roger Bastide (1898-1974)	Maria Isaura Pereira de Queiroz	Sudeste	Revista de história	1974	---	---	---	https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132687
46.	Fatores que afetam a frequência e o atraso escolar, nos meios urbano e rural, de São Paulo e Pernambuco	Rosangel Maria Pontili Ana Lúcia Kassouf	Sudeste	Revista de Economia e Sociologia Rural	2007	Analisar a influência que variáveis associadas a características pessoais e familiares de uma criança, bem como variáveis de infra-estrutura escolar exercem sobre a frequência e o atraso escolar no ensino fundamental, comparando-se as áreas urbana e rural, de Pernambuco e São Paulo.	Pesquisa com documentos	Os resultados mostraram que políticas voltadas para melhorar a escolaridade do chefe de família e/ou a renda familiar per capita podem aumentar a frequência e reduzir o atraso escolar. Entretanto, iniciativas voltadas para melhorar a infra-estrutura escolar deverão levar em conta a realidade econômica do estado ou região e o objetivo final a ser alcançado. Além disso, os indicadores educacionais	https://www.scielo.br/ij/res/a/Q5Gtw5DMF6wVFWx3tXBw3HB/#

N.	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								estudados são mais precários na área rural e merecem a elaboração de políticas públicas especialmente voltadas para essa realidade.	
47.	Ensino de sociologia sob a razão neoliberal: Um estudo dos primeiros impactos do novo ensino médio em Anápolis	Enrico Bueno Thiago Macedo de Carvalho	Centro oeste	Revista Interação	2023	Analisar os primeiros impactos da implementação do Novo Ensino Médio nas escolas estaduais do município de Anápolis, Goiás, com ênfase no ensino de Sociologia.	Pesquisa com documentos e sujeitos (entrevistas)	Os resultados visam compreender os impactos na educação, sobretudo no ensino de Sociologia, e os interesses que o novo modelo assinala.	https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74943
48.	Novo ensino médio: Deriva de sentidos em uma propaganda televisiva do governo federal	Carlos Fabiano de Souza	Sudeste	Linguagem em (Dis)curso	2020	Investigar a deriva de sentidos postos em circulação acerca da enunciabilidade e inscrita nos discursos sobre trabalho e formação integral.	Pesquisa com documentos	Os resultados reforçam o efeito de silenciamento (ORLANDI, 2007) que atravessa essa medida do Governo, na qual a educação em nível médio tende a não contemplar a dimensão humana (integral), não concebendo o trabalho em sua dimensão educativa, ontológica, como	https://www.scielo.br/ij/d/a/qpHtLhMB8bZcLWkz4rRbKgG/#

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								constitutivo do homem, por meio do qual o indivíduo dá sentido ao mundo em que vive.	
49.	Redução da carga horária de Artes, Filosofia e Sociologia: Paraná, 2021	Fábio Antonio Gabriel Ana Lúcia Pereira Ana Cássia Gabriel	Sul	Linhas Críticas	2022	Analisar os impactos da redução da carga horária dessas disciplinas, sobre a aprendizagem dos alunos, a apenas uma aula.	Pesquisa com sujeitos	Evidenciou-se um possível aumento de diferenças no processo educacional em relação às classes sociais menos favorecidas; além disso, há grande defasagem na aprendizagem dos alunos diante da situação da redução da carga horária dessas disciplinas, as quais contribuem para a formação intelectual e cidadã das futuras gerações.	https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/43033
50.	A teoria da prática e o Currículo Socialmente Crítico: Um relato sobre a experiência de estágio na licenciatura em sociologia no contexto do	Lais Campos Casado	Nordeste	Áskesis	2023	Abordar as experiências no estágio obrigatório do ensino médio para obter a titulação de licenciatura em sociologia.	---	E por fim o artigo conclui sobre os desafios tácitos da prática docente que não são ensinados na formação universitária.	https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/813

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
51.	O exercício da docência diante do processo de "favelização" do ensino médio estadual no rio de janeiro	Rita de Cássia Gonçalves Alves Marília da Silva Rangel	Sudeste	Revista Espaço do Currículo	2023	Discutir a problemática da vulnerabilidade das práticas de exercício da docência e, conseqüentemente, do ensino-aprendizagem de adolescentes e jovens diante do regime de precarização da educação no Ensino Médio no estado do Rio de Janeiro, cujo processo histórico chamamos de "favelização".	Pesquisa com documentos	Propomos que a resposta para o combate à favelização do Ensino Médio está no desenvolvimento de disciplinas e competências complementares desde a educação básica, visando a uma escola pública de qualidade que proporcione capacitação aos professores, equidade e integralidade de formação para todos e todas.	https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/64261/37127/194516
52.	A vida numa encruzilhada: jovens do ensino médio entre o desejo e a necessidade de projetar o futuro	Licinia Maria Correa Maria Amália de Almeida Cunha	Sudeste	Educação & Formação	2023	Eleger como cenário de análise a implementação de um projeto de reorganização curricular no ensino médio na rede pública estadual de Minas Gerais que exige dos jovens para quem é endereçada essa política uma reconfiguração dos planos e	Pesquisa com sujeitos (questionários e grupos focais)	Na análise, evidencia-se o quanto o ensino médio voltado aos grupos menos favorecidos tem sido instrumentalizado, a partir de uma semântica ancorada na ideia de "modernização" e "eficiência" da escola, aplicação de lógicas econômicas à pedagogia, o	https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10059

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
						um novo cálculo para prospectar o futuro, ancorado entre o desejo e a necessidade.		que sugere a transferência da razão do mercado para a escola.	
53.	O ensino de sociologia e as políticas de indução curricular do ensino médio brasileiro	Valci Melo	Nordeste	Revista Espaço do Currículo	2016	Analisar os méritos e os limites de algumas políticas educacionais voltadas à melhoria da qualidade do Ensino Médio brasileiro com foco na dimensão curricular, a exemplo do ProEMI e do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.	Pesquisa com documentos	Ao longo do texto, analisa-se o vínculo entre os desafios e proposições atuais para o Ensino Médio e a problemática relação entre educação, trabalho e projeto societário no interior da sociedade de classes. Também investiga-se o lugar da disciplina Sociologia nessas e em outras iniciativas estatais, concluindo-se que este componente curricular, embora não esteja sob um novo risco de exclusão, vê-se limitado tanto pelos desafios que afetam a etapa educacional na qual está	https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.v9i3.28879

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								inserido, como também, por aqueles que incidem sobre as Ciências Sociais e o campo educacional como um todo.	
54.	Os desafios teórico-metodológicos do Ensino de Sociologia no Ensino Médio.	Amurabi Pereira de Oliveira	Sul	Perspectiva	2014	Uma das questões relevantes que emergem ante a esse novo cenário é sobre quais os desafios para a prática docente do professor de Sociologia, nesse sentido, visa-se contribuir para essa discussão por meio de uma reflexão articulada em dois níveis: o primeiro remete aos desafios teóricos, o segundo aos desafios metodológicos do Ensino de Sociologia.	Pesquisa com documentos	Neste trabalho chama-se a atenção para o fato de que a proximidade com o senso comum abre um campo de possibilidades, mas também se constitui como um desafio para o docente, considerando a "dupla hermenêutica" da Sociologia, o que se apresenta tanto no nível teórico quanto metodológico.	https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n3p1019
55.	Sociologia no ensino médio e o PIBID: brincando, pensando e construindo práticas educativas com autonomia	Elisabete Cristina Cruvello da Silveira Natália Pereira Wallace Moura	Sudeste	Revista Interinstitucional Artes de Educar	2016	Tecer reflexões sobre práticas educativas críticas no ensino de Sociologia no âmbito do PIBID.	Pesquisa com espaços	O uso de jogos didáticos e as vivências na semana da Consciência Negra representam os exemplos concretos das práticas	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/25701

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
								educativas que criaram centros de interesse e chaves de leitura essenciais ao processo de transposição didática como prática epistemológica. Além disso, essas atividades assinalam a relevância do PIBID como campo concreto para elaborar novos dispositivos de aprendizagem e outras práticas educativas relevantes no ensino da Sociologia.	
56.	Ensino de Sociologia na educação básica: expansão, retrocessos e perspectivas	Amurabi Oliveira	Sul	Em Aberto	2021	Realizar uma breve revisão dos principais acontecimentos na área em período recente, buscando analisar as perspectivas futuras para esta.	---	---	https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4851
57.	O eixo análise linguística na BNCC: uma análise das linhas de continuidade entre as	Jéssica Rodrigues Silva Denise Lino de Araújo	Nordeste	fólio - Revista De Letras	2020	Investiga como o eixo Análise Linguística (AL) foi (re)construído na Base Nacional	Pesquisa com documentos	Os dados analisados apontaram que na parte discursiva do documento as linhas de	https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6600

N	Título	Autoria	Região	Periódico	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados	Link
	diferentes versões da base					Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental.		continuidade entre as versões da BNCC investigadas mostram-se em continuidade textual – manifesta por mecanismos de reiteração e paráfrase –, epistemológica – manifesta na manutenção de ideias e conceitos –, e por filiação documental – manifesta na vinculação a documentos curriculares anteriores.	

58	Docências no ensino de sociologia: saberes e trajetórias biográficas de professores da educação básica	Marcos Antônio Silva Cirlene Cristina de Sousa Lícinia Maria Correa	Sudeste	Teoria e cultura	2017	Examinar a constituição da docência de dois professores de sociologia do ensino médio, indagando pelos saberes que circundam a tessitura de uma experiência profissional.	Pesquisa com espaços	---	https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12360
59	Relação com o saber e táticas de territorialização de jovens bolsistas do ensino médio na escola privada	Andrea Cecília Moreno Maria Celeste Reis Fernandes de Souza	Sudeste	Educação e Pesquisa	2022	Analisar os processos implicados na relação com o saber estabelecida por esses jovens ao se inserirem nesse novo território escolar.	Pesquisa com documentos, espaços (observação) e sujeitos (entrevistas)	Os resultados apontam desigualdades socioeconômicas vividas pelos bolsistas e a construção de táticas por esses estudantes para permanecerem e aprenderem na escola privada em direção ao ensino superior público, que se coloca como território	https://www.scielo.br/j/ep/a/JBdZ63P68PSNpbwFdqTyghs/#

								de promessas. Conclui-se pela importância da valoração da escola pública e aponta-se a necessidade de outros estudos que possibilitem ampliar o horizonte de debates sobre jovens do ensino médio na condição de bolsistas, especialmente no contexto da covid-19.	
60	A formação de professores em sociologia para o ensino básico no oeste catarinense	Jaqueline Russczyk Leonardo Rafael Santos Leitão	Sul	Percurso	2012	Analisar os espaços de formação de professores existentes na região oeste do estado.	Pesquisa com documentos e espaços	Além das dificuldades de formação de professores em sociologia, a disciplina enfrenta uma série de outros desafios e obstáculos para se consolidar no ensino médio, como as	https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2421

							críticas à disciplina pelo seu “caráter ideologizante” , a imputação de um papel transformador e crítico a disciplina, as relações entre ser professor e ser pesquisador e a relação entre teoria, política e ideologia.		
61	A pesquisa na iniciação científica de ensino médio e o jovem estudante: uma visão semiótica e auto-organizada	Alan Rodrigo Antunes Marcia Regina Canhoto de Lima	Centro oeste	Revista Teias	2021	Apresentar as percepções dos jovens estudantes que vivenciaram a Iniciação Científica (I.C.) de Ensino Médio (E.M.) em uma instituição federal de ensino.	Pesquisa com espaços e sujeitos	Conclui-se que o processo educacional apresentou valorização da conclusão do E.M. e da apropriação de novos conhecimentos; e aporte significativo da I.C. para as disciplinas escolares.	https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/52821
62	Cenários, tendências e desafios na formação de professores	Amurabi Oliveira	Sul	Política & Sociedade	2015	Busca-se apresentar o cenário atual dos cursos de formação de	Pesquisa com documentos	---	https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p39

<p>de Ciências Sociais no Brasil</p>				<p>professores no Brasil em termos quantitativos , indicando sua distribuição pelo país, bem como a expansão de tais cursos ocorrida com a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio. Posteriormente, buscase realizar uma análise dos dados apresentados, indicando as tendências que podem ser percebidas, e também quais os desafios que se colocam para a formação de professores de Ciências Sociais/Soci</p>			
--------------------------------------	--	--	--	---	--	--	--

						ologia nesse novo cenário.			
63	Especificidades da sociologia no ensino médio integrado: contribuições para o desenvolvimento e para a compreensão do meio ambiente	Jaqueline Russczyk	Sul	#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia	2017	Objetivou-se analisar o perfil dos alunos, suas representações sobre a disciplina, o papel da pesquisa no ensino médio, bem como as características metodológicas da disciplina.	Pesquisa com documentos, sujeitos (entrevistas) e espaços (observação).	Conclui-se que o fazer sociológico pode contribuir no desenvolvimento das capacidades dos educandos, ou seja, capacita os alunos a fazer escolhas, a problematizar o meio ambiente, suas experiências e história de vida alavancando o desenvolvimento como liberdade.	https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/download/2475/1734/9030
64	“Ler, escrever e contar”: entre circulação e apropriações de métodos na escola primária do	Rony Silva Raylan e Barreto Ilka Mesquita	Sudeste	HOLOS	2017	Compreender indícios da circulação, as apropriações e as adequações dos métodos de ensino para leitura,	Pesquisa com documentos e sujeitos	Constatamos que muito embora no Estado de Sergipe circulasse um plano discursivo modernizador, as	https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4923/pdf

	médio sertão sergipano (1930-1961)					escrita e cálculo na Escola Primária no território do Médio Sertão Sergipano, no arco de tempo que compreende 1930 a 1961.		apropriações e as adequações dos métodos de ensino se deram conforme as condições materiais e intelectuais do tempo e lugar.	
65	Formação para o ensino de filosofia de 2004-2014: dez anos após as lutas pelas conquistas, quais serão os “novos” desafios?	Dimas Augusto Martorello Fernandes Leonardo Luís Costa e Silva Giorno	Sudeste	PÓLEMOS – Revista De Estudantes De Filosofia Da Universidade De Brasília	2016	Fazer uma reflexão sobre os últimos dez anos de discussões sobre o ensino de Filosofia e a formação de professores-filósofos para a atuação no ensino médio.	Pesquisa com documentos	---	https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/11700
66	Tensões, aprendizagens e reflexões no trato com as lutas na escola relato de uma experiência de	Renan Santos Furtado	Norte	Cadernos do Aplicação	2023	Apresentar algumas reflexões provenientes de tensões teórico-práticas entre certos conceitos estabelecidos no campo	Pesquisa com documentos e sujeitos	Do ponto de vista das principais aprendizagens produzidas junto aos estudantes, pontuamos que: 1) A luta marajoara e o huka-huka	https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/articulo/view/130380

<p>autoformação no Ensino Médio</p>					<p>acadêmico, tais como: lutas, artes marciais e esportivização e manifestações como a Luta marajoara, o Huka-huka e as Artes Marciais Mistas (MMA).</p>		<p>transcendem o conceito clássico de lutas, ainda que estejam englobados nele, mas, a explicação aprofundada dessas práticas culturais necessita explorar os contextos e o simbolismos presentes nessas manifestações . 2) O MMA se apresenta como uma esportivização de novo tipo, sendo o conceito clássico de esportivização produzido no âmbito da Sociologia do esporte do século 20 insuficiente para explicar esse fenômeno.</p>
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--

67	O raciocínio sociológico como ferramenta pedagógica nas aulas de sociologia	Selton Evaristo de Almeida Chagas	Centro Oeste	Revista Brasileira de História & Ciências Sociais	2009	Realizar um breve levantamento histórico e conceitual acerca dessa problemática, analisando minha prática pedagógica enquanto docente de sociologia na rede pública de educação em Mato Grosso, na qual busco afirmar a necessidade de um ensino de sociologia dotado de um sentido para a vida do estudante.	Pesquisa com sujeitos e documentos	Conclui-se que a partir da produção de um "raciocínio sociológico", que pode propiciar ao estudante novos olhares sobre as práticas sociais, culturais, políticas e econômicas de seu cotidiano, sobretudo no que se refere à sua compreensão enquanto produto e produtor delas.	https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10377
68	A formação de professores de sociologia na região Norte: configuração	Amurabi Oliveira	Sul	Novos Cadernos NAEA	2016	Analisar nesse trabalho a ampliação do número de licenciaturas em Ciências Sociais/Soci	Pesquisa com documentos	---	

	es e tendências					ologia na Região Norte do Brasil, visando apreender as características dessa expansão e seus significados.			
69	Representações sociais e identidade docente: um estudo de caso na formação de professores em ciências sociais da UFRN	Elda Silva do Nascimento Melo Karla Michell e de Oliveira	Nord este	Perspectiva	2017	Compreender como os elementos apreendidos durante a formação inicial de professores influenciam o processo de construção identitária, investigou-se as representações sociais acerca da identidade docente, buscando compreender como estes sujeitos representam os professores	Pesquisa com sujeitos	Ao se proceder a análise dos dados obtidos durante a pesquisa, tornou-se evidente que a memória desempenha um papel crucial nos processos de construção representacional e identitário, pois a familiaridade com a disciplina de Sociologia no Ensino Médio trouxe novos e importantes elementos para a	https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n1p49

						de Sociologia.		composição do perfil dos atuais ingressantes na licenciatura investigada.	
70	Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações	Cristiano das Neves Bodart Caio dos Santos Tavares	Nordeste	Cadernos De Educação	2021	Examinar a ampliação dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia, no Brasil, considerando: i) as mudanças legislativas; ii) os programas de governo de incentivo às licenciaturas; e iii) a ausência da obrigatoriedade da Sociologia Escolar no currículo nacional (até 2008) e sua reintrodução no ensino médio (após 2009)	Pesquisa com documentos	Foram identificados, a partir das configurações dos cursos ofertados, três momentos distintos: um marcado pelo foco na formação de quadros técnicos, outro em pesquisadores e um terceiro voltado, prioritariamente, para a formação de professores. A partir de uma combinação de fatores, tais como os recentes incentivos estatais à formação de professores e a reintrodução da disciplina	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/17540

							no ensino médio brasileiro, os cursos de licenciatura em Ciências Sociais e em Sociologia vêm se expandindo e superando o número de cursos de bacharelado em Ciências Sociais, no Brasil, dando novos contornos à história dos cursos.		
71	Imagens de estudantes na publicidade do ensino superior privado: marcadores sociais da diferença em articulação	Renata Mourão Macedo	Sudeste	Revista Brasileira De Sociologia - RBS	2021	Analisar as relações entre mercado de ensino superior privado, publicidade e marcadores sociais da diferença (classe, raça e gênero, em especial).	Pesquisa com documentos e espaços	Se, historicamente, a publicidade brasileira privilegiou corpos brancos e estilos de vida associados à classe média, no período recente algumas transformações foram visíveis, incorporando	https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.629

								<p>perfis mais diversos de estudantes, incluindo várias peças publicitárias com protagonismo de jovens mulheres negras. Minha hipótese neste artigo é a de que tais transformações se relacionam, de um lado, com o fenômeno de maior acesso da “classe C” (conforme a linguagem do mercado) no ensino superior privado a partir de meados dos anos 2000. De outro lado, tais publicidades passaram a incorporar algumas das demandas de maior</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

							representatividade realizadas pelos movimentos negros e feministas. A incorporação de tais transformações visou tornar as peças publicitárias mais atrativas para um novo público consumidor de diplomas universitários no Brasil.		
72	Startups de base tecnológica no setor do agronegócio : mapeamento de ligações, produtos e serviços	Glaucia Bambirra Silveira Milton Carlos Farina Isabel Cristina dos Santos	Sudeste	Revista de Economia e Sociologia Rural	2023	Mapear as AgTechs paulistas e os produtos e serviços que oferecem. Este artigo contribui para o avanço do conhecimento sobre as AgTechs e a transformação no campo do agronegócio brasileiro.	Pesquisa com documentos	Os principais resultados indicam a importância do ecossistema paulista, no qual estão localizadas 26% das AgTechs brasileiras, a maior concentração do país. Os produtos e serviços gerados pelas AgTechs são	https://www.scielo.br/j/resr/a/VNzWdFRfkvkfYLB8pDZnTLB/abstract/?lang=pt

								<p>de alta tecnologia. No estado de São Paulo, são três comunidades que interagem com as AgTechs e formam um ecossistema empreendedor-inovador. As interações ocorrem entre as AgTechs, bem como entre elas e as empresas de médio e grande porte, poder público e as instituições de ensino e pesquisa, gerando oportunidades de desenvolvimento de novos produtos e serviços, alcance de novos mercados que proporcionam eficiência e fortalecimento</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

							das startups no mercado competitivo.		
73	O embate entre sociedade e governo na implementação de uma política pública: uma análise sobre a implementação do Programa Escola Cidadã Integral no Município de João Pessoa – PB	Maria Eduarda Pereira Leite	Nord este	Sociologias Plurais	2018	Analisar a percepção dos atores sociais envolvidos que compõem a comunidade escolar em relação a implementação do referido projeto no Município de João Pessoa - PB.	Pesquisa com sujeitos, documentos e espaços .	---	https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/download/62820/pdf
74	Oficinas de texto: um novo olhar sobre a leitura e a produção textual	Miranil de Oliveira Neves	Norte	Signo	2012	Relatar uma experiência que ocorreu no IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Tucuruí, com alunos selecionados entre as turmas do 1º	Pesquisa com documentos	Por fim, baseado nos resultados, estabelece-se aqui uma proposta de oficina dinâmica e interativa, que desperta o educando para a leitura de bons e diferentes livros, o que contribui para	https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/2314

					<p>ao 4º ano de Saneamento Ambiental, Informática e Eletrotécnica , todas pertencentes ao Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.</p>	<p>melhor desenvolver a argumentação . Este foi um projeto que também fez uso da legislação vigente em nosso país, pois o que se pretende a partir dele é formar cidadãos críticos, conscientes do importante papel que desempenham na sociedade e, portanto, conhecedores de seus direitos e deveres. O método de trabalho combina leitura crítica de textos informativos (retirados de jornais, revistas, Internet e livros) e literários para</p>	
--	--	--	--	--	---	--	--

							<p>formar um leitor autêntico, sendo bastante explorado também exercícios de produção oral e escrita. A fundamentação teórica para as oficinas ancora-se em Ângela KLEIMAN, Mariza LAJOLO e Delia LERNER. Os resultados confirmam o sucesso das propostas apresentadas nos livros aqui utilizados e por elas escritos.</p>		
75	<p>O ethos científico e a ciência “pós-acadêmica” na visão de pesquisadores brasileiros</p>	<p>Vera Aparecida Lui Guimarães Maria Cristina Piombato Innoce</p>	<p>Sudeste</p>	<p>Revista de História Iberoamericana</p>	<p>2014</p>	<p>Revisitar o ethos da ciência mertoniano e a concepção de ciência pósacadêmica evidenciado nas obras de</p>	<p>Pesquisa com documentos.</p>	<p>Os resultados, obtidos por meio da aplicação de um questionário online, demonstraram que apesar das</p>	<p>https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7048614.pdf</p>

		ntini Hayashi				John Michael Ziman.		mudanças significativas no novo modo de organização e produção do conhecimento científico o ethos científico expresso nos imperativos institucionais mertonianos (comunalismo , universalismo, desinteresse e ceticismo organizado) ainda orienta as práticas e comportament o científico e acadêmico de pesquisadore s de diferentes áreas de conhecimento .	
76	A Educação e os impactos da Covid-19 nas aprendizagens escolares	Érika Dias Mozart Neves Ramos	Sude ste	Ensaio: Avaliaçã o e Políticas Públicas em Educaçã o	20 22	Refletir sobre a Educação e a aprendizagem, por conta das perdas, que foram	---	---	https://www.scielo.br/j/ensaio/a/LTWGK6r8n6LSPPLRjvfL9qs/#

						acentuadas durante o período pandêmico.			
77	O Ensino de sociologia como um campo (ou subcampo) científico	Vanessa do Rêgo Ferreira Amurabi Pereira de Oliveira 2	Nord este	Acta Scientiarum	2015	Discutir as possibilidades de pensarmos o Ensino de Sociologia como um campo científico, partindo da compreensão de campo forjada por Bourdieu.	---	---	https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSoSci/article/download/25623/pdf_41/
78	Quadrinhos para a cidadania	Francisco Caruso Cristina Silveira	Sudeste	História, Ciências, Saúde-Manguinhos	2009	Apresentar um método novo de trabalhar conceitos de ciências, saúde, história, sociologia, linguagem, entre outros, com jovens de escolas públicas de ensino médio do Rio de Janeiro, por meio de histórias em quadrinhos.	---	Mostra-se como ele é capaz de contribuir para o resgate da auto-estima do aluno e aumento de sua motivação nos estudos, e como, por intermédio do processo criativo e da valorização do espírito crítico, os jovens constroem sua cidadania, a partir de	https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jTrtG955sJtm5gRTj43zh9P/abstract/?lang=pt#

							releituras e traduções de um novo mundo construído de ciências, de sonhos e de imagens, que se concretizam em tirinhas, algumas das quais ilustram o texto.		
79	Pesquisa sobre educação empreendedora na pós-graduação do Brasil: estudo bibliométrico	Anderson Moreira Pinto André Ferreira	Sudeste	Revista Foco	2023	Caracterizar o perfil da produção científica que trata sobre Educação Empreendedora entre o ano de 2010 e o primeiro semestre de 2021, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.	Pesquisa com documentos	Enquanto achados principais observou que os anos mais prolíferos do tópico Educação Empreendedora foram de 2016 a 2018. Que o tema foi tratado em 81 dissertações, 12 teses e 3 trabalhos enquadram-se como produto, processo ou técnica e material didático/instrucional. Além disso, que	https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1264

								<p>programas ligados às áreas de administração e educação concentram a maior parte da produção, abrangendo 61 instituições de ensino, localizados nas regiões Sudeste e Nordeste e, ainda, que predominaram estudos na educação superior, aspectos e práticas pedagógicas da educação empreendedora os tópicos mais abordados. Caracterizou-se que na produção científica que trata sobre Educação Empreendedora na pós-graduação a minoria dos trabalhos</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

								<p>explora outras formas de trabalho final, criando-se uma lacuna para novos formatos. Que maioria das IES tinha um trabalho, sugerindo descontinuidade da pauta ligada ao tópico. Assim como que investigações em nível de ensino médio, ensino fundamental e educação básica, estudos realizados no norte e centro-oeste e pesquisas sobre contribuições da EE para o desenvolvimento local, formação cidadã e intraempreendedorismo ainda são</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

							pouco exploradas.		
80	Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre "público" nas Declarações da CRES-2008 e CRES-2018	Mário Luiz Neves de Azevedo	Sul	Revista Eletrônica de Educação	2019	Analisar a chamada teoria do capital humano e precisar o conceito de bem público, bem como a frequência da expressão "público" nas Declarações aprovadas nas Conferências Regionais de Educação Superior na América Latina e Caribe, em 2008 e 2018.	Pesquisa com documentos	---	https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3591
81	Educação crítica: uma aliança entre Educação Ambiental e M-learning	Amanda Pereira Santos Eder Batista da Silva Ana Lúcia Bezerra	Nordeste	Educação	2019	Analisar a maneira como os alunos do ensino médio se apropriam de conhecimentos acerca do Bairro do Recife utilizando as	Observação de espaços	A observação pelo olhar da sociologia reflexiva e a análise dos discursos dos educandos permitiu afirmar que as tecnologias móveis são ferramentas importantes	https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/37004

		Candeias Maria Aparecida Tenório da Costa				tecnologias móveis.		no processo de ensino e aprendizagem , e com o adequado emprego destas é possível refletir criticamente na construção de novos conhecimentos acerca do Bairro do Recife.	
82	Editorial	Pedro Robertt Ana Paula Ferreira D'Avila Camila Prates Lucas Trindade da Silva Simone da Silva Ribeiro Gomes Marcia Rangel Candido	Sul	Revista Novos Rumos Sociológicos	2019	Apresentar artigos de um dossiê.	---	---	https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/17034

		Talita São Thiago Tansch eit Arielso n do Carmo Fernan da dos Santos Trindad e Leonar do Ferreir a Matheu s Lira Bento							
83	Projeto Violência contra as mulheres na EJA - Desafios e resistências	Katiuci Pavei Camila Santos Pereira	Sul	Cadernos do Aplicação	20 18	Apresentar uma experiência docente desenvolvida nas aulas de Sociologia na EJA em 2018.	Pesquis a com espaços	O foco era desnaturalizar as concepções de papéis de gênero, tipificar a violência e debater sobre caminhos de resistência em níveis micro e macro. Mesmo sem apresentar rejeição ao abordar a temática, os pensamentos	https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/84161

								deterministas em relação ao assunto predominaram . E a partir deles, amplia-se a possibilidade de construir novos projetos.	
84	Resenha do Livro “O Campo da Antropologia no Brasil”	Douglas Mansur da Silva	Sudeste	Cadernos UniFOA	2017	---	---	---	https://unifoa.emnuvens.com.br/cadernos/article/view/967
85	O longo caminho da interdisciplinaridade: relato de experiência	Vitor Barletta Machado	Sudeste	Revista Eletrônica de Educação	2013	Contribuir para as discussões sobre a importância e as possibilidades da interdisciplinaridade nos ensinamentos fundamental e médio, através de um relato de experiência com as atividades realizadas em um Colégio de Campinas-	Pesquisa com sujeitos e espaços	Destaca-se na conclusão a importância da existência de integração efetiva entre os professores, com espaços para a discussão dos projetos, bem como do apoio da coordenação e das famílias para o sucesso das práticas interdisciplinares.	https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/509

					SP, entre 1998 e 2009.				
86	As políticas de Open Access: Res publica científica ou autogestão?	Gustavo Cardoso João Caraça Rita Espanha João Triães Sandro Mendonça	---	Sociologia, problemas e práticas	2009	---	---	---	https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10121/10130.pdf
87	Conscientização política e prática teórica no ensino de sociologia: um relato de experiência	Robson da Costa de Souza Jefferson Evânio da Silva Joanildo Albuquerque Burity	Nordeste	Revista Ciências Sociais Unisinos	2020	Tratar da importância dos Estudos Sócio-Filosóficos no contexto dos processos de ensino/aprendizagem do ensino médio, problematizando, a partir de uma discussão mais ampla sobre a institucionalização escolar, as questões	Pesquisa com sujeitos	Verificamos como o ensino de sociologia, no contexto escolar relaciona-se ao universo de pesquisa e de produção de conhecimento das Ciências Humanas, de maneira geral, e das Ciências Sociais, de maneira específica. Finalmente, traremos os elementos	https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2020.56.2.11

						epistemológicas e políticas envolvidas tanto no debate acerca da presença de disciplinas como Sociologia e Filosofia na educação básica quanto na discussão sobre a utilização de métodos e técnicas de ensino das teorias sociológicas entre os discentes da rede escolar.		mais gerais acerca de uma problematização dos desafios instaurados pela recente flexibilização curricular no ensino médio, regulamentada pela Lei nº 13.415/2017.	
88	Ciências sociais no currículo do ensino médio brasileiro	Cristiano das Neves Bodart Fernanda Feijó	Nordeste	Revista Espaço do Currículo	2020	Examinar a BNCC, observando e discutindo como a Sociologia escolar pode colaborar para alcançar os objetivos de aprendizagem que	Pesquisa com documentos	---	https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194

						norteiam a reestruturação dos currículos estaduais.			
89	Interdisciplinaridade no ensino de filosofia e sociologia e sua integração como “estudos e práticas” em face da BNCC de 2018	João Augusto Cardoso Carlos José Martins Rogério Bianchi de Araújo	Sudeste	Revista Digital De Ensino De Filosofia - REFil	2018	Analisar a interdisciplinaridade do ensino da filosofia e da sociologia e sua integração como “estudos e práticas” em face da BNCC de 2018.	Pesquisa com documentos	Em que pese a mudança da BNCC revogar a obrigatoriedade e de ambas as disciplinas no ensino médio, pois em cada momento político em que viveu ou vive o país, a Filosofia e a Sociologia têm seu lugar na educação e fazem parte do processo educacional, bem como da história, e podem conviver pacificamente com o saber tecnológico que tem sido privilegiado nos últimos anos, pois este não existiria sem	https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/65963

								que primeiro, não houvesse o pensamento filosófico e sua posição e importância no estudo da sociedade.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--